

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

ATA Nº 043

PRESIDENTE - DEPUTADO SÉRGIO RICARDO

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Aos nove dias do mês de agosto, do ano de 2008, do nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo, invocando a proteção de Deus, o Grande Arquiteto do Universo, declaro aberta esta Audiência, requerida pela Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso para discutir o Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso, com objetivo de debater a Mensagem nº 25, Projeto de Lei nº 273, que “institui a política de planejamento e ordenamento territorial do Estado de Mato Grosso e dá outras providências”

Presentes à Mesa: Deputado Riva, 1º Secretário da Assembléia Legislativa e Relator do Projeto; Deputado Dilceu Dal Bosco, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa e Presidente da Comissão Especial que trata do Zoneamento; Deputada Professora Vilma e Deputado Alexandre Cesar.

Convido para fazer parte da Mesa o Sr. Francisco Nascimento, Exmº Prefeito de Paranatinga; o Exmº Presidente da Câmara Municipal de Paranatinga, Sr. Josué Schuenquener; o Exmº Secretário de Estado de Planejamento, Sr. Yênes Jesus de Magalhães; o nosso companheiro Rodrigues Palma, Secretário Adjunto de Indústria, Comércio, Minas e Energia do Estado de Mato Grosso, ex-Deputado Federal Constituinte e ex-Prefeito de Cuiabá; o Dr. Roberto Ricardo Vizentin, Diretor do Zoneamento do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Júlio Miragaia, Membro do Ministério da Integração Nacional; o Dr. Homero Amilcar, Vice-Presidente da Subseção OAB, de Paranatinga; e o nosso amigo João Bosco, representando a EMPAER (PALMAS).

Nós temos, na Assembléia Legislativa, a Comissão Especial que faz o trabalho de coordenação e discussão do Zoneamento. Essa Comissão é presidida pelo Deputado Dilceu Dal Bosco; o Vice-Presidente é o Deputado Percival Muniz; o Relator é o Deputado Riva e os membros titulares são os Deputados Alexandre Cesar, que está participando desta Audiência Pública e compoendo a Mesa e o Deputado Adalto de Freitas-Daltinho.

Convido, também, para compor a Mesa o Sr. Victor Peruari, representando as nações indígenas (PALMAS).

Eu convido a todos para em pé cantarmos o Hino Nacional Brasileiro.
(NESTE MOMENTO É CANTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Senhoras e senhores, eu gostaria, antes de iniciarmos as discussões, que todos acompanhassem um vídeo sobre o Zoneamento para que todos possam, ainda mais, se inteirar do projeto, que é fundamental para o futuro do nosso Estado e das pessoas que aqui vivem.

A SRª NÁDIA BIANCARDINI - Agradecemos a presença do Vereador Hildo João Malacarne, 1º Secretário da Câmara Municipal de Paranatinga; do Sr. Elvin Rochteschel, Presidente

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO), REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gaúcha do Norte; do Sr. Olívio Beduschi, Presidente do Sindicato Rural de Santo Antônio do Leste; do Sr. Noberto Zeidler, Presidente do Sindicato Rural de Gaúcha do Norte; do Sr. Vilmar Contini, Vereador de Gaúcha do Norte; do Sr. Valdomiro Schulz, Vice-Prefeito de Gaúcha do Norte; da Sr^a Anialce da Silva Lima, Vereadora de Gaúcha do Norte; do Sr. Marcelo Fernandes, Secretário de Agricultura de Paranatinga; do Sr. Leonel Teixeira, Técnico de Zoneamento do Ministério do Meio Ambiente; do Sr. Almir Araújo Ramos, Técnico Ambiental da Secretaria de Indústria, Comércio, Mineração e Energia do Estado de Mato Grosso; do Sr. Luiz Carlos Alécio, Superintendente da Política Agrícola, representando o Sr. Neldo Egon Ribeiro, Secretário de Estado de Desenvolvimento; da Sr^a Raquel Gonçalves do Reis, Assessora Pedagógica do Município de Paranatinga; do Sr. Rodrigo Junqueira, Coordenador do Programa Xingu; do Sr. Clodoaldo Macari, representando a EMPAER de Gaúcha do Norte; do Sr. Luiz Gonzaga Toledo, Conselheiro do Conselho Estadual de Recursos Hídricos; da Sr^a Denise Amorim, Coordenadora da Comissão Interinstitucional da Educação Ambiental; da Sr^a Gina Valmórbida, Coordenadora Estadual da Organização Não Governamental TNC; do Sr. Celso Leopoldo, pecuarista de Santa Catarina; da Sr^a Erotildes Silva, Presidente do Sindicato Rural de Paranatinga; da Sr^a Andréa Aguiar Azevedo, Presidente da Associação Rondonopolitana de Produção Ambiental; da Sr^a Elizene Vargas Borges, representante da Associação Mato-grossense do Município de Paranatinga, e do Sr. Ivanor Comunello, Tesoureiro do Rotary Club de Paranatinga.

Agradecemos a presença dos fazendeiros de Gaúcha do Norte; agradecemos a presença dos fazendeiros de Primavera do Leste e de Paranatinga; agradecemos a presença dos funcionários da Prefeitura Municipal de Paranatinga; do Sr. Valdecy Camargo, empresário; do Sr. Bernardo Araújo Filho, Gerente do Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Vamos, então, à exibição do vídeo. (NESTE MOMENTO É EXIBIDO O VÍDEO SOBRE O ZONEAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO E ECOLÓGICO DE MATO GROSSO).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Senhoras e senhores, bom-dia!

Estamos aqui num momento histórico para o Estado de Mato Grosso, e é exatamente por ser um momento importante e um processo histórico para o Estado de Mato Grosso que a Assembléia Legislativa está levando a discussão desse Projeto para todas as regiões.

No primeiro momento, a idéia foi de se fazer essas Audiências Públicas em 15 pólos, em 15 regiões, mas se houver necessidade faremos outras tantas quantas forem necessárias, tantas quantas entendermos necessárias para que esse Projeto seja discutido na sua amplitude. E quando ele for aprovado, que possa atender todas as camadas, toda população do Estado de Mato Grosso.

Nós entendemos que o Projeto chegou à Assembléia Legislativa de uma forma. Lá, conduzido pelo Governo do Estado, um trabalho que foi feito pela Secretaria de Planejamento...

Quero convidar, para compor a Mesa, o Presidente da FAMATO, Rui Prado, e o Deputado Federal Homero Pereira.

Nós, na Assembléia Legislativa, formamos uma Comissão Especial, que é presidida aqui pelo Deputado Dilceu Dal Bosco, porque o projeto tem uma importância fundamental para o nosso futuro.

Então, a Assembléia Legislativa, os vinte e quatro Deputados estão envolvidos nesse projeto, e ainda criamos uma Comissão Especial que está tratando diretamente da questão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Essa metodologia que estamos desenvolvendo durante esses dois dias, os nossos técnicos, junto com os técnicos da Secretaria de Planejamento, estão aqui, em Paranatinga, ouvindo os segmentos e discutindo com eles.

Já tivemos informações que esta semana foi de discussões acaloradas, e é esse é exatamente o objetivo, porque iremos fazer mais de quinze Audiências Públicas para discutir o projeto. Se não for para discutir, do jeito que chegou a Assembléia Legislativa, enviado pelo Executivo, os Deputados teriam aprovado. Então, estamos discutindo e vamos discutir profundamente o projeto.

Temos conversado muito com os Deputados Dilceu Dal Bosco, Alexandre Cesar e Riva, que é o Relator, e com os demais Deputados, e percebemos, claramente, que esse projeto não irá sofrer modificações. Ele não nasceu pronto. Por isso, ele não foi aprovado, por isso é que vamos discuti-lo. Ele nasceu como um filho, mas não sabe falar, não sabe andar. Ele será discutido amplamente com a sociedade.

São vocês, nas Audiências Públicas, que irão subsidiar a Assembléia Legislativa para que, num determinado momento, chegue a um texto final.

Já ouvi, inclusive, do Deputado Riva de que é possível que o projeto receba um Substitutivo Integral. Substitutivo Integral, para quem não sabe, é uma linguagem legislativa, é uma mudança por completo. Mas isso irá ser discutido, amplamente, com a sociedade.

Quem irá decidir isso? Nós respeitamos quem formatou o projeto, mas quem irá decidir isso é a Assembléia Legislativa. É a Assembléia Legislativa que irá votar. Disso não vamos abrir mão, porque ele será finalizado lá na Assembléia Legislativa. É a Assembléia Legislativa que dará a palavra final. É por isso que a Assembléia Legislativa, de forma responsável, como sempre faz, discutirá amplamente esse Projeto.

Aqui, hoje, por exemplo, o nosso relacionamento sociedade/Assembléia Legislativa não terminará.

Eu quero, inclusive, que a nossa Assessoria prepare uma folha de papel com os nomes de todos os membros da Comissão da Assembléia Legislativa, dos técnicos, dos grupos e distribua para os segmentos, para que possam permanecer em contato permanente com a Assembléia Legislativa. Esse contato de vocês, desse pólo com a Assembléia Legislativa, não terminará hoje. Ele está apenas começando. Então, vocês saberão quem procurar.

Além dos Deputados que estão aqui, a Comissão é composta pelo Deputado Dilceu Dal Bosco, Presidente; Deputado Riva, Relator; Deputado Percival Muniz, vice-Presidente; Deputado Alexandre Cesar, membro; e o Deputado Adalto de Freitas - Daltinho. Esses são os Deputados que fazem parte da Comissão. Tem também um grupo de técnicos da Assembléia Legislativa que esteve aqui, desde quinta-feira desta semana.

Quero, também, que nessa folha conste o telefone e o nome de todos, para que vocês não percam contato com a Assembléia Legislativa.

Esta é apenas a segunda Audiência Pública. Nós já tivemos uma em Cuiabá e duas fora da Capital. Tivemos uma em Rondonópolis, e esta é a segunda. Nós faremos audiências públicas em todo o Estado de Mato Grosso.

Quero deixar bem claro que esta discussão vai se aprofundar. Esse Projeto só será aprovado pela Assembléia Legislativa quando estiver afinado, quando tivermos um entendimento, porque Mato Grosso foi um até agora e será outro daqui para frente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

O Zoneamento é um divisor de águas. Nós estamos tratando de Mato Grosso para sempre. Nós estamos discutindo Mato Grosso do daqui para frente para sempre. Nós não voltaremos a essas discussões daqui a cinco anos, dez anos. Eu uso a palavra eterna, porque é daqui para a eternidade.

Então, é importante que discutamos à exaustão o que estará contido nesse Projeto. As discussões têm que acontecer, têm que ser acirradas, têm que ser discutidas em grande estilo mesmo. Se tiver que brigar, vai ter briga, briga produtiva, que termina com produtividade, discutindo os pontos de vista, cada um colocando seu ponto de vista, porque, se calar, depois que o projeto for aprovado, vai ser difícil falar. Então, o momento é de discutir e colocar os pontos de vista. É por isso que a Assembléia Legislativa está fazendo as audiências públicas, porque quem sabe de cada região é quem vive nela.

O zoneamento vai dar uma orientação do que vai ser daqui para frente, mas temos que ouvir quem vive nessa região, temos que respeitar aqueles que estão aqui, o povo que aqui vive, porque quando falamos em defender o meio ambiente - eu me considero um ambientalista, defendo o meio ambiente - e meio ambiente é tudo o que faz parte do processo. E o homem não pode ser esquecido e ele tem que ser parte fundamental para fazer funcionar o que o Projeto do Zoneamento vai dizer depois de aprovado.

Com isso, quero dizer que as audiências públicas são feitas para que os senhores sejam ouvidos e, - eu não tenho dúvidas - teremos um zoneamento responsável, um zoneamento com a participação popular, um zoneamento que vai ser um divisor de águas. Mato Grosso será outro no futuro. Mato Grosso vai ser outro depois do processo de discussão e aprovação desse projeto.

Eu quero parabenizar aqui ao Secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Estado, Sr. Yênes Magalhães, parabenizar todo o Grupo Técnico da Secretaria, porque não foi fácil desenhar esse projeto, um projeto que já passou pela Assembléia Legislativa, saiu e voltou agora, por cobrança desta legislatura. Nós cobramos esse projeto, o Governador Blairo Maggi o mandou, mas não teria sido feito se não fosse o brilhante trabalho do Secretário Yênes Magalhães e do seu grupo técnico da Secretaria de Planejamento Coordenação Geral.

Quero parabenizar a Assembléia Legislativa e todos os seus Deputados que se empenharam e estão se empenhando na discussão desse projeto, o Deputado Dilceu Dal Bosco, Presidente da Comissão Especial, os membros, e parabenizo a todos em nome do Deputado Alexandre Cesar e também do Relator, papel importantíssimo também, desempenhado pelo Deputado Riva.

Parabenizo também e faço um reconhecimento a todos os técnicos da Assembléia Legislativa, que também estão trabalhando diuturnamente para que essas audiências públicas aconteçam, para ouvir a população nessas audiências públicas, porque os nossos técnicos chegaram aqui quinta-feira e tudo aquilo que já foi dito está anotado. Tudo! Nenhuma palavra, nenhuma vírgula do que foi dito foi desconsiderado ou deixou de ser anotado e já virou documento, documento que estará presente nas discussões que vamos fazer daqui para frente.

Era isso o que eu tinha a dizer, como Presidente da Assembléia Legislativa.

Quero parabenizar esta região pela participação, embora esta seja apenas a segunda Audiência Pública, mas estou impressionado com a participação dos senhores, com a participação deste pólo, com a participação do Município de Paranatinga. É assim que tem que ser! Todos têm que estar aqui, porque é do futuro desta região que estamos tratando hoje.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Quero pedir a Deus que abençoe todos os senhores; quero pedir a Deus que abençoe suas vidas e que nós possamos ser abençoados na discussão desse projeto muito importante para o futuro do Estado de Mato Grosso.

Tenham todos um bom-dia! (PALMAS).

Com a palavra o Deputado Dilceu Dal Bosco, Presidente da Comissão Especial e Vice-Presidente da Assembléia Legislativa.

Sugiro a todos que forem falar da Mesa que falem em pé, porque estamos no mesmo nível da população, para que a população tenha uma visão melhor de quem está falando.
(O SR. DEPUTADO DILCEU DAL BOSCO ASSUME A PRESIDÊNCIA, ÀS 09:59 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Bom-dia a todos!

Cumprimento aqui o nosso Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Sérgio Ricardo; 1º Secretário da Assembléia Legislativa, o Deputado Riva, que é Relator desta Comissão; o Deputado Alexandre Cesar, membro da Comissão e a Deputada Profª Vilma.

Cumprimento o Prefeito desta cidade, Carlinhos - prazer tê-lo aqui -; o nosso ilustre Deputado Federal Homero Pereira, que chegou a tempo para esta Audiência Pública, juntamente com o Presidente da FAMATO, Rui Prado; o Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, Sr. Yênes Jesus de Magalhães; o Presidente da Câmara de Paranatinga, Josué; Rodrigues Palmas, Secretário-adjunto da Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia; meu amigo e companheiro Roberto Vizentim, Diretor de Zoneamento do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Júlio Miragaia, membro do Ministério de Integração Nacional; o Sr. Vitor Peruari, representando todos os indígenas e, através da sua pessoa, cumprimento toda a comunidade indígena aqui presente, a todas as nações indígenas; o Dr. Homero Amilca Mendel, Vice-Presidente da Subseção da OAB de Paranatinga; o Sr. João Bosco, Supervisor da EMPAER aqui em Paranatinga, representando a EMPAER; o nosso querido amigo Glauber Silveira (Maguila), Presidente da APROSOJA.

Gostaria de convidar o Sr. Maguila para compor a Mesa, por favor.

Também cumprimento todos os produtores deste município, desta região de planejamento, assim como todos os representantes dos segmentos da sociedade civil organizada, do setor produtivo, das ONGs, dos Poderes constituídos aqui representados, os senhores e senhoras aqui presentes.

A Assembléia Legislativa de Mato Grosso, com o intuito de consolidar o Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado, abre mais este debate, dando continuidade aos trabalhos realizados no Seminário Técnico que aconteceu nos dias 07 e 08.

A Comissão Especial do Zoneamento acolheu as propostas da sociedade, que estava dividida em quatro categorias de uso, com representação de vários segmentos sociais, organizações não governamentais, setor produtivo e povos indígenas.

Todas as diretrizes contempladas dentro da Região de Planejamento V, que compõe este pólo, receberam propostas de alteração de maneira a atender os anseios sociais.

As propostas foram encaminhadas pela Comissão Técnica a esta Presidência e serão analisadas pelo Poder Legislativo para a validação do processo de socialização do Zoneamento.

Além da complexidade da região, que possui terras indígenas, além da proposta de criação de unidade de conservação em uma grande área produtiva, que gerou dissenso durante os

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

trabalhos técnicos, devo ressaltar que os Parlamentares acolherão as propostas considerando-se, exclusivamente, a melhoria na qualidade de vida da população mato-grossense.

A Assembléia Legislativa se sente honrada pela participação maciça de todos os segmentos sociais, que entenderam a importância deste projeto, que será um marco no desenvolvimento sustentado do nosso Estado, que acredito ser o projeto mais importante dos últimos 20 anos, já que decidirá o futuro de nossas gerações, das novas gerações.

Ressaltamos a participação e presença ilustre do representante do Ministério Público Estadual, Dr. Carlos Eduardo Richter, que acompanhou os trabalhos técnicos.

A Comissão Especial já foi citada pelo nosso Presidente, mas quero complementar citando a presença dos membros suplentes: Deputado José Domingos Fraga, Deputado Otaviano Pivetta, Deputado licenciado Juarez Costa e Deputado Ademir Brunetto.

Também agradecer e citar aqui a nossa equipe técnica, que é coordenada por Analzita Müller e tem como membros Margareth Pozzobon, Waleska Cardoso, Luciana Ferraz, Washington Braga, Xisto Bueno, Valdecir Calazans e Josevane Reis da Fonseca.

A grande maioria dos senhores que participaram do seminário teve condições de conhecê-los, e eles estarão dando seqüência a todo o trabalho, assim como foi dito pelo nosso Presidente, Deputado Sérgio Ricardo.

Também agradeço imensamente a todos os técnicos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e da Secretaria de Estado de Planejamento, que participaram e vão continuar participando, sob a liderança do nosso Secretário Yênes Magalhães, de todas as Audiências Públicas e Seminários.

Aqui, Deputado Riva, confirma aquilo que falamos na Baixada Cuiabana, na primeira Audiência Pública em Cuiabá e Várzea Grande e também em Rondonópolis, que não tínhamos dúvidas da participação maciça do nosso público, das nossas lideranças, de todos os segmentos da sociedade, sejam eles Organismos Não-Governamentais, sejam setor produtivo, sejam representantes indígenas.

Aqui em Paranatinga, Prefeito Carlinhos, confirmou aquilo que falávamos, principalmente, eu como Presidente da Comissão, com o Deputado Riva, Relator, que quanto mais avançássemos para o interior de Mato Grosso, para o norte do Estado, a presença da população e dos segmentos seria maciça.

Eu quero com isso, como Presidente desta Comissão, parabenizar a todos, indistintamente, que junto com a Assembléia Legislativa, com o Governo do Estado estão, através deste projeto tão importante, construindo uma nova história para o nosso Estado, para o nosso povo e as futuras gerações.

Agradeço imensamente a presença de todos! Vocês estão sendo e serão importantíssimos no processo da aprovação e da validação. Oxalá, na aprovação, Roberto Vizentin, lá no Conselho Nacional de Zoneamento, lá no CONAMA, que eu tenho certeza que teremos o seu apoio, porque o senhor está participando e participará de todas as Audiências Públicas.

Eu ressalto e enalteço o pessoal que representa Gaúcha do Norte, que esteve presente em Cuiabá e Rondonópolis, dado a preocupação. Parabéns e oxalá que todos pudessem e tivessem a oportunidade de participarem de todas as discussões de socialização em todo o Estado de Mato Grosso.

Passaremos, agora, a palavra ao Relator, Deputado Riva, que fará a apresentação do relatório deste Seminário e desta Audiência Pública. E, na seqüência, socializaremos a palavra.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Gostaríamos, para que pudéssemos socializar o máximo possível, que cada orador usasse o menor tempo possível para que possamos dar oportunidade, chance àqueles que queiram se expressar.

Portanto, agradeço e passo a palavra ao ilustre Deputado Riva (PALMAS).

O SR. RIVA - Bom-dia, senhores e senhoras!

Quero saudar toda a Mesa em nome dos meus colegas Deputados, para ser breve; em nome do Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Sérgio Ricardo; do Presidente da Comissão, Deputado Dilceu Dal Bosco; do Deputado membro titular da Comissão, Alexandre Cesar; da Deputada Profª Vilma; do Prefeito Carlinhos; do Secretário de Estado de Planejamento, Yênes Magalhães; e também em nome do Deputado Federal Homero; e do Presidente da FAMATO, Rui Prado.

Quero cumprimentar toda a equipe técnica, todos aqueles que participaram das discussões.

Quero dizer, Sr. Presidente, que a cada momento eu tenho mais convicção de que este País caminha para uma democracia plena. Em outros momentos da história deste País, seria difícil colocar na mesma mesa de discussão tantos segmentos diferentes, com tantas idéias divergentes.

E aqui, o que nós vamos procurar? Estabelecer um equilíbrio! Este País cometeu muitos erros na ocupação. Isso é muito normal. Alguns países mais avançados, quando fez o processo de ocupação, principalmente a reforma agrária, já tinham definido o que poderiam e o que não poderiam fazer. Infelizmente, nós erramos! O INCRA tem errado no modelo de reforma agrária. Poucos assentamentos foram feitos com preocupação, por exemplo: o Vale do Amanhecer, em Juruena, onde se separou a reserva legal da área de produção, a área a ser utilizada na atividade econômica. E o IBAMA foi omissivo em muitos momentos.

Eu sei que vocês andam angustiados, que a SEMA também tem sido muito morosa, atravancando, às vezes, um pouco a economia do Estado, mas são todas questões a serem superadas. O que interessa agora é que nós temos uma matéria extremamente relevante, que está em debate, que está em discussão. E eu quero dizer a vocês que num determinado momento chegamos a sugerir ao Governador, Secretário Yênes Magalhães, que mandasse à Assembléia Legislativa a proposta da forma que estivesse, porque o importante seria estabelecer uma discussão no Estado com todos os segmentos. O que não poderíamos mais, Sr. Presidente, é não ter o zoneamento neste Estado. O Estado de Rondônia já está com o seu aprovado e outros Estados já avançaram nas discussões. Portanto, Mato Grosso precisava fazer o seu zoneamento.

A SEPLAN elaborou o zoneamento em cima de uma realidade, em cima dos dados que tinha, e agora nós vamos discutir o zoneamento sob uma outra visão, sob a visão daqueles que mais conhecem a sua realidade. Quem fará o relatório do zoneamento não será o Deputado Riva, que é o relator; serão vocês. É natural que os pontos divergentes a Comissão vai resolver. Aqui têm alguns pontos que não se chegou a consenso, e esses pontos serão levados à Comissão para que ela resolva. Outros pontos que foram consensualizados, esses estão definidos, inclusive, a Comissão está tomando o cuidado de colocar no seu portal, na página da Assembléia Legislativa, todos os relatórios de cada discussão que fora estabelecida em cada região, para que vocês acompanhem de perto essas discussões.

Vamos finalizar essa discussão, Secretário Yênes Magalhães, em Cuiabá, depois de todos os Seminários, Audiências Públicas, inclusive com a participação novamente de vocês.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Naturalmente que não nessa proporção, porque fica inviável a ida de todos até Cuiabá, mas, pelo menos, os segmentos se farão representados.

E aqui a importância do Poder Legislativo. O Poder Executivo nem sempre representa todos os segmentos. Ele governa para todos, mas nem sempre é o governo da vontade de todos. Mas o Poder Legislativo não. O Poder Legislativo representa todos os segmentos. Lá estão oposicionistas, situacionistas, ecologistas, produtores, enfim, profissionais de mais diversas áreas.

Portanto, vocês podem estar seguros de uma coisa: está é uma proposta que será colocada na balança. Não vamos prejudicar nenhum setor. É preciso levar em conta os interesses econômicos, mas é preciso levar em conta também os interesses ambientalistas. E é preciso levar em conta, Sr. Presidente, uma questão que, muitas vezes, as pessoas desconhecem: nós somos os principais componentes do meio ambiente, e alguns teimam em não entender isso. Exclua o ser humano da terra que não haverá mais interesse em se discutir meio ambiente sem a nossa presença. Então, tem que ser levado em conta que nós somos o principal componente.

Eu quero pedir desculpas a todos os senhores e senhoras, uma vez que eu vou ler o relatório sentado, primeiro porque é um relatório longo e segundo porque não conseguiu imprimir o relatório para todos. E aqui nós vamos precisar muito da atenção dos senhores, porque nós vamos citar as inclusões que estão sendo sugeridas, as supressões já consensualizadas e alguns textos que ainda estão pendentes, porque ainda não se chegou a um consenso. Esses textos, cujo consenso não foi possível estabelecer, serão debatidos dentro da Comissão.

E, naturalmente, lá na Comissão não é proibida a participação popular, Secretário. Inclusive, a Comissão se reúne com Sessões transmitidas pela TV Assembléia e pela *internet*. Quem tiver, aqui nesta região, vai poder acompanhar as discussões da Comissão pela *internet*. É possível, inclusive, dar sugestão. Nós vamos tentar aperfeiçoar isso para que os senhores e senhoras possam participar. Mas, de antemão, eu parabeno vocês pelo nível da discussão, principalmente pela participação. Uma participação inclusive maior do que nós tivemos em Rondonópolis, onde foi feita essa Região V, onde foi feita a discussão principal.

Então, vou passar a ler o Relatório aqui e depois disso, logicamente, vai abrir a participação de todos. Muito obrigado pela atenção.

Iniciamos pela: “Categoria 1 - ÁREAS COM ESTRUTURA PRODUTIVA CONSOLIDADA OU A CONSOLIDAR

Zona 1.7. Estrutura Produtiva Consolidada em Área com Predomínio de Agricultura Moderna e Pecuária, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis

DIRETRIZES ESPECÍFICAS

SOCIAIS

15b...”

Foi suprimida a expressão “**proibir**” e alterada para “**controlar e adequar**”.

“15b. **Controlar e adequar** o uso de defensivos agrícolas na área de entorno das Terras Indígenas Sangradouro - Volta Grande e Teresa Cristina;

64. Prover de infra-estrutura e equipamentos sociais as sedes urbanas de Santo Antônio do Leste, Primavera do Leste, Campo Verde e Juscimeira ...” - e foi acrescentado - “... **com ênfase ao processo erosivo**;

ECONÔMICAS

56. Incrementar e **fomentar** a pesquisa agrônômica e assistência técnica para diversificação de atividades e usos alternativos consorciados nas áreas de ...” - foi suprimida

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

“pequenos”, ficando - “...**apenas na área de produtores**” e acrescentado “**rurais**”, “...**na área de produtores rurais**”.

“57a. Estabelecer e ...” - acrescentado - “... **incentivar** programa de manejo integrado de microbacias, destinado à contenção de processos erosivos, descompactação, correção do solo, readequação de estradas, rotação de culturas ...” - acrescentado - “... **plantio direto**, implantação de ...” - aí foi suprimido - “...**curva de nível e/ou terraceamento...**” - substituído por - “...**técnicas conservacionistas**, drenagem de águas pluviais, visando a melhoria da produtividade nas propriedades rurais.

41. Implementar...” - aí foi acrescentado - “...**e fomentar** programas de extensão rural e crédito aos...” - foi suprimido **pequenos e médios** - “... produtores...” - e acrescido - “...**rurais**, induzindo à adoção de técnicas conservacionistas e boas práticas de produção agropecuária;

“49...” - Foi suprimida a expressão “**readequir**” - e ficou: “**Incentivar a readequação** da agropecuária para...” - foi suprimido “**pequenos e médios**” estabelecimentos rurais, através de melhorias tecnológicas, implantação de culturas consorciadas (anuais/perenes), fruticultura e agroindústria associada, utilizando sistemas de manejo conservacionistas;

41a. Incentivo...” - foi acrescentado - “...**e promoção** às práticas conservacionistas nas atividades agropecuárias, com destaque para a área abrangida pelo rio São Lourenço e recuperação de áreas degradadas;

54. Incentivar o desenvolvimento de usos alternativos como: criação de pequenos animais, avicultura, fruticultura, pecuária leiteira, horticultura orgânica, floricultura, apicultura,” - foi acrescido - “**piscicultura**, meliponicultura, artesanato com produtos naturais, dentre outros, para internalização da renda de pequenos e médios produtores;

37a. Incentivar o reflorestamento...” - foi suprimido “**com espécies nativas**” e acrescido - “...**e florestamento** nas áreas desflorestadas com fins agropecuários, e que atualmente estejam...” - foi suprimido “**abandonadas**” e colocado “...**degradadas**;

100. Desenvolver infra-estruturas de transporte para apoio à produção...” - foi acrescentado - “...**incrementando ferrovias e** melhorando condições de trafegabilidade das rodovias federais, estaduais e/ou municipais, implantando sistema de drenagem de águas pluviais para o controle dos processos erosivos;

AMBIENTAIS

Foi suprimido o item 9.: “**Promover o estabelecimento de corredores ecológicos integrando as áreas protegidas existentes:**”

87. Priorizar o fomento à implantação do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos por meio dos instrumentos: outorga, plano de bacia, enquadramento dos cursos d’água, sistema de informações... “**cobrança pelo uso da água**” - aí foi suprimido.

135. Fiscalizar a extração, o transporte e o comércio...” Aqui foi suprimida a expressão “**irregular**”, realmente, não teria sentido, ficando: “Fiscalizar a extração, o transporte e o comércio de madeira, répteis, mamíferos, aves e peixes;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

143. Fomentar a articulação dos proprietários rurais, instituições de pesquisa e órgãos do governo, visando à recuperação...” - foi acrescido - “...ou **compensação** das reservas legais e áreas de preservação permanente;

81...” Foi suprimido a expressão “**Proteger**” e foi acrescido “**Incentivar e fomentar**”: “Incentivar e fomentar integralmente as áreas de murundus, ambientes frágeis e essenciais para manutenção dos recursos hídricos, destinando-as à reserva legal das propriedades;

15a...” Foi suprimida a expressão “**Garantir**” e foi substituído por “**incentivar e fomentar**”: “**Incentivar e fomentar** que a reserva legal de propriedades limítrofes às Terras Indígenas Sangradouro-Volta Grande e Teresa Cristina, seja estabelecida no contato com as mesmas;

15d...” Foi suprimida a expressão “**Garantir**” e foi substituído por “**Incentivar e fomentar**”: “**Incentivar e fomentar** que a reserva legal de propriedades limítrofes às Unidades de Conservação Estações Ecológicas Rio da Casca I e II, seja estabelecida no contato com as mesmas;

15c...” Foi substituída a expressão “**Proibir**” por “**Controlar e adequar**”: “**Controlar e adequar** o uso de defensivos agrícolas na área de amortecimento das Unidades de Conservação Estações Ecológicas Rio da Casca I e II.”

Foi feita uma proposta de inclusão de uma nova diretriz: “No caso de proibição do uso agropecuário nas áreas de amortecimento no entorno das Unidades de Conservação, Estações Ecológicas e Reservas Indígenas, deverão ser indenizadas de acordo com preço de mercado de cada região ou pagamento de *Royalties*, conforme valores produzidos nessas áreas.

60. Ordenar e...” - acrescido - “...**monitorar** as atividades de avicultura, suinocultura e piscicultura, visando à minimização dos impactos ambientais negativos;

131. Controlar...” - foi acrescido - “...e **incentivar** a atividade turística com base na aplicação da legislação ambiental vigente.

Categoria 2. Áreas que requerem readequação dos sistemas de manejo

Subcategoria 2.3. Áreas que Requerem Readequação dos Sistemas de Manejo para Conservação e/ou Recuperação de Recursos Hídricos

Zona 2.3.7. Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Ferro, Ronuro, Culuene, Teles Pires e das Altas Cabeceiras dos Afluentes do Rio Xingu, na área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis.

INDICAÇÃO:

Indicada prioritariamente à proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Von Den Steinen, Ronuro e Teles Pires, Culuene e Curisevo, ao ecoturismo e turismo de pesca, ao incentivo à proteção dos remanescentes vegetais, onde predominam formações ecotonais, destinando-os à compensação de reserva legal; ao reflorestamento...”.

E aí foi acrescido: “**em áreas de reserva legal e APP’s...**”

E ficou como pontos divergentes, sem consensualização “e no entorno de unidades de conservação e áreas indígenas...”

Esse é um ponto que será debatido pela Comissão. Conseqüentemente, voltaremos à discussão, também, com os segmentos interessados.

“...com espécies nativas. A agropecuária deverá ser limitada à utilização de áreas onde as condições morfopedológicas forem favoráveis, não sendo admitido seu fomento e incentivo em áreas sem condições adequadas de relevo e solos, em especial em solos...”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

E foi suprimido “**arenoso**”, ficando: “...**hidromórficos**, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Implantação de projeto integrado de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas. Incentivo aos estudos de biodiversidade.

Aqui há um registro de que o setor ambiental solicitou que fosse mantida a especial atenção no que diz respeito às areias quartzosas.”

Essa é uma discussão que Comissão fará depois. Se necessário, voltará a falar com o segmento.

“Subzona 2.3.7.a

INDICAÇÃO:

Indicada prioritariamente à proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e de cabeceiras dos formadores dos rios Von Den Steinen, Ronuro e Teles Pires, incentivo à proteção dos remanescentes vegetais, onde predominam formações ecotonais, destinando-os à compensação de reserva legal; reflorestamento...” e aí acrescido: “**em áreas de reserva legal e APPs...**”

E, também, ficou como ponto divergente: “... **no entorno de unidades de conservação e áreas indígenas...**”.

Os senhores estão vendo ali, em rosa, destacado esse ponto que não chegou a ser consensualizado.

“...com espécies nativas. A agropecuária deverá ser limitada à utilização de áreas onde as condições morfoedológicas forem favoráveis, não sendo admitido seu fomento e incentivo em áreas onde estas condições forem inadequadas, em especial em solos arenosos...”

E foi suprimido “**arenosos**”, ficando, apenas, “**hidromórficos**, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Implantação de projeto integrado de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas. Incentivo aos estudos de biodiversidade.”

Também com o mesmo registro: “O setor ambiental solicitou que fosse mantida a especial atenção no que diz respeito às areias quartzosas.

DIRETRIZES ESPECÍFICAS

SOCIAIS

ECONÔMICAS

37a. Incentivar o reflorestamento com espécies nativas...”

Todo esse ponto em rosa, ainda, não está consensualizado. Será, também, fruto de uma discussão ampliada.

“**e/ou espécies exóticas previstas em regulamento** nas áreas desflorestadas com fins agropecuários, e que atualmente estejam...” e foi suprimido “**abandonadas**”, ficando “**com manejo inadequado**.”

Parte dos integrantes solicitou que fossem previstas as exóticas, sem a regulamentação.

No que diz respeito à última parte da diretriz, não houve consenso, sendo que parte dos presentes entende ser correto o termo DEGRADADAS.”

Que, aliás, é o termo que foi também colocado na discussão feita em Rondonópolis.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO), REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

“47. Incentivar o associativismo...” e acrescido “/cooperativismo dos pequenos e médios produtores para o fortalecimento da pecuária leiteira e agroindústria;

1a. Incentivar estudos de biodiversidade, visando a identificação e exploração sustentada de novos produtos da savana...” acrescido “**floresta** para geração de emprego e renda às populações locais;

42a Admitir usos agropecuários apenas em interflúvios, em condições morfológicas adequadas, com aplicação de técnicas de manejo, não sendo admitido o fomento e incentivos às práticas agropecuárias em ambientes sem condições de relevo e solos, especialmente em solos, especialmente em solos...” aqui suprimido “**arenosos e hidromórficos**, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica.”

O mesmo registro: “O setor ambiental solicitou que fosse mantida a especial atenção no que diz respeito às areias quartzosas.

Acrescido aqui: “Proposta de inclusão de nova diretriz: Incentivar a criação de marcas para os produtos agrosilvopastoris, com o objetivo de agregar valor e fortalecer os produtos no mercado.

AMBIENTAIS

87. Priorizar o fomento à implementação do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos por meio dos instrumentos: outorga, plano de bacia, enquadramento dos cursos d’água, sistema de informações...” suprimido “**cobrança por uso da água**.

84. Orientar práticas de coleta e uso de águas pluviais para racionalizar o uso de águas subterrâneas nos espaços rurais...” suprimido “**com dificuldade de acesso aos recursos hídricos**.

Subzona 2.3.7.b

INDICAÇÃO:

Indicada prioritariamente à proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras, priorizando os formadores dos rios Teles Pires, Culuene e Curisevo ao ecoturismo e turismo de pesca, e à implantação de pastagens plantadas apenas em interflúvios, em condições morfológicas favoráveis, não sendo admitido o fomento e incentivos à agropecuária em áreas onde essas condições forem inadequadas, em especial em solos...” foi suprimido “**arenosos**”, ficando apenas “...hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Implantação de projeto integrado de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas. Incentivo aos estudos de biodiversidade.”

Aqui, também, o mesmo registro: “O setor ambiental solicitou que fosse mantida a especial atenção no que diz respeito às áreas quartzosas.

DIRETRIZES ESPECÍFICAS

SOCIAIS

15b...”

Não ficou consensualizado o que se pretende acrescentar.

“... **Controlar Proibir**...”

Eu acho que estão em dúvida entre controlar e proibir. Também, passará por uma discussão pela Comissão. “...**Controlar Proibir** o uso de defensivos agrícolas na área de entorno das terras indígenas Marechal Rondon e Pequizal do Naruv’tu.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

O setor produtivo prefere o ‘controlar’ e o setor indígena manter o ‘proibir’...”

Essa é uma decisão que caberá à Comissão. Nós levaremos a questão à Comissão para ser definida.

“ECONÔMICAS

47. Incentivar o associativismo ...”, acrescido aqui “... **cooperativismo** dos pequenos e médios produtores para o fortalecimento da pecuária leiteira e agroindústria;

1a. Incentivar estudos de biodiversidade, visando a identificação e exploração sustentada de novos produtos da savana...”, acrescido “.../**floresta** para geração de emprego e renda às populações locais;

37a. Incentivar o reflorestamento com espécies nativas...”

Aqui, também, não está consensualizado: “... **e/ou espécies exóticas previstas em regulamento** nas áreas desflorestadas com fins agropecuários, e que atualmente estejam...”, foi suprimido “**abandonadas**”, também, não consensualizado: “ **com manejo inadequado**.”

Parte dos integrantes solicitou que fossem previstas as exóticas, sem a regulamentação.

No que diz respeito à última parte da diretriz, não houve consenso, sendo que parte dos presentes entende ser correto o termo DEGRADADAS.”

Abandonada, subentende-se que é uma área abandonada, que não tem morador. Então, DEGRADADA, realmente, é o termo.

“42a Admitir usos agropecuários apenas em interflúvios, em condições morfopedológicas adequadas, com aplicação de técnicas de manejo não sendo admitido o fomento e incentivos às práticas agropecuárias em ambientes sem condições de relevo e solos, especialmente em solos...” - foi suprimido - “...**arenosos**, hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica”.

Aqui, também, o setor ambiental pediu para ter atenção às areias quartzosas, que será discutido pela Comissão.

“Proposta de inclusão de nova diretriz: Incentivar a criação de marcas para os produtos agrosilvopastoris, com o objetivo de agregar valor e fortalecer os produtos no mercado.

AMBIENTAIS

Sem consensualizar.

9. Promover o estabelecimento de corredores ecológicos integrando as áreas protegidas existentes;

O setor produtivo é contrário à diretriz 9.”A Comissão vai decidir.

“87. Priorizar o fomento à implementação do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos por meio dos instrumentos: outorga, plano de bacia, enquadramento dos cursos d’água, sistema de informações...”, - e suprimido - “...**cobrança pelo uso da água**;

15a.” - Sem consensualizar também. “**Priorizar Garantir...**” - isso vai ser decidido pela Comissão - “...que a reserva legal de propriedades limítrofes às Terras Indígenas Marechal Rondon e Pequizar do Naruv’tu, seja estabelecida no contato com a mesma;

Zona 2.3.8. Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação de Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Teles Pires e Xingu, em Ambientes da Depressão de Paranatinga, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis

INDICAÇÃO:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Indicada prioritariamente à proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Teles Pires e Xingu, à pecuária apenas nos interflúvios que apresentem condições de relevo e solos adequadas, exceto em solos...” - foi suprimido - “...**arenosos** e hidromórficos; e pastagens naturais nas áreas inadequadas ao uso agropecuário. Implantação de projeto integrado de microbacia e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.” Aqui, também, é solicitada a atenção com relação às areias quartzosas.

Eu só faço uma observação aos senhores de que é importante a atenção, porque todo esse texto consensualizado não será alterado pela Comissão. A partir do momento que a equipe técnica discutiu com os senhores e chegou a um consenso em alguns setores, a não ser que tivesse alguma agressão a alguma regra, mas não havendo nenhuma agressão ao regramento jurídico, esse texto será mantido.

Então, é importante que os senhores prestem atenção, porque esse é o texto que será mantido, com exceção aos textos que estão ainda sem convergências.

“Diretrizes específicas

Sociais

98. Promover parcerias com os **Governos Federal e Municipal**, iniciativa privada, instituições de pesquisa e organizações não-governamentais para qualificação de mão-de-obra em atendimento ao avanço do processo de industrialização de Mato Grosso;

180. Incentivar a implementação de programa de proteção, respeito e apoio...” - foi suprimido - “...**às nações aos povos** indígenas, priorizando a promoção da garantia dos direitos sociais básicos dos povos indígenas da região;

15b. **Controlar/Proibir...** - está pendente, ainda não se chegou a um consenso - “...o uso de defensivos agrícolas na área de entorno das Terras Indígenas Bakairi, Marechal Rondon, Ubawawê e Parabubure.

O setor produtivo prefere o “controlar”, e o setor indígena quer que seja mantido “proibir”. A Comissão irá definir isso.

Econômicas

47. Incentivar o associativismo/**cooperativismo...**” - foi acrescentado cooperativismo - “...dos pequenos e médios produtores, para o fortalecimento da pecuária leiteira e agroindústria;

1a. Incentivar estudos de biodiversidade, visando a identificação e exploração sustentada de novos produtos da savana/**floresta...**” - foi acrescentado floresta - “...para geração de emprego e renda às populações locais;

37a. Incentivar o reflorestamento com espécies nativas **e/ou espécies exóticas previstas em regulamento...**” - esse texto sem convergência, a Comissão irá decidir como todas nessas condições - “...nas áreas desflorestadas com fins agropecuários, e que atualmente estejam **abandonadas** com manejo inadequado...” - também sem definição, mas suprimida a expressão **abandonada**.

Aqui tem uma observação: Parte dos integrantes solicitou que fossem previstas as exóticas, sem a regulamentação.

No que diz respeito à última parte da diretriz, não houve consenso.

“42a Admitir usos agropecuários apenas em interflúvios, em condições morfopedológicas adequadas, com aplicação de técnicas de manejo, não sendo admitido o fomento e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO), REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

incentivos às práticas agropecuárias em ambientes sem condições de relevo e solos, especialmente em solos...” foi suprimido - “...arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica...” A mesma observação, pedindo atenção através dos ambientalistas nas areias quartzosas.

“Proposta de inclusão de nova diretriz: Incentivar a criação de marcas para os produtos agrosilvopastoris, com o objetivo de agregar valor e fortalecer os produtos no mercado.

AMBIENTAIS

87. Priorizar o fomento à implementação do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos por meio dos instrumentos: outorga, plano de bacia, enquadramento dos cursos d’água, sistema de informações...” - suprimido - “...cobrança pelo uso da água;

84. Orientar práticas de coleta e uso de águas pluviais para racionalizar o uso de águas subterrâneas nos espaços rurais...” - suprimido - “...com dificuldades de acesso aos recursos hídricos.

15a. **Priorizar e garantir...**” - está pendente para ser definido - “...que é a reserva legal de propriedades limites pelas terras indígenas Bakairi, Marechal Rondon, Ubawawê e Parabubure, seja estabelecida no contato com as mesmas.

O segmento produtivo prefere que seja PRIORIZAR, e o segmento indígena prefere GARANTIR.” Então, será definido pela Comissão.

“15d. **Priorizar Garantir...**” - também a ser definido - “...que a reserva legal de propriedades limítrofes à Unidade de Conservação Reserva Ecológica Culuene, seja estabelecida no contato com a mesma;

O segmento produtivo prefere que seja PRIORIZAR, e o segmento indígena prefere o GARANTIR

15c. **Controlar Proibir...**” - também a ser definido - “... o uso de defensivos agrícolas na área de amortecimento da Unidade de Conservação Reserva Ecológica Culuene.

Zona 2.3.11. Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Curisevo, Culuene e Pacuneiro, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis

INDICAÇÃO:

Indicada prioritariamente à proteção de áreas de recarga de aquíferos, através da recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Curisevo, Pacuneiro e Culuene; ao reflorestamento com espécies nativas e manejo florestal; incentivo a sistemas agroflorestais associados à agroindústria para pequenos e médios produtores; à agropecuária nas áreas já desmatadas e em condições adequadas de relevo e solos, não sendo admitidos fomento e incentivos a estas atividades em **solos arenosos...**” - que foi suprimido - “...ficando apenas hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Implantação de projeto de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.”

Aqui a mesma observação, que setor ambiental prefere que seja mantida a especial atenção no que diz respeito às areias quartzosas - setor ambiental.

“DIRETRIZES ESPECÍFICAS

SOCIAIS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

98 Promover parcerias com...” - ao invés de apenas iniciativa privada, foi acrescido - “...**os governos Federal e Municipal**, a iniciativa privada, instituições de pesquisa e organizações não-governamentais para qualificação de mão-de-obra em atendimento ao avanço do processo de industrialização de Mato Grosso;

180. Incentivar a implementação de programa de proteção, respeito e apoio **aos povos** indígenas... - substituindo **às nações** por **aos povos** - “...priorizando a promoção da garantia dos direitos sociais básicos dos povos indígenas da região;”

Quanto ao 15b, está ali, como os senhores podem perceber, ainda para ser definido. “15b. **Controlar/Proibir** o uso de defensivos agrícolas na área de entorno das Terras Indígenas Pequizal do Naruv’tu e Parque Indígena do Xingu.

O setor produtivo prefere o **controlar** e o setor indígena quer **proibir**.

“ECONÔMICAS

28. Incentivar a substituição de pastagens **artificiais** - suprimido a palavra **exótica**, ficando **artificiais** - “...por sistemas **agrosilvopastoris**;” - substituindo a palavra **agroflorestais**.

“40. Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de pacote tecnológico da cadeia produtiva de espécies florestais;” Foi suprimida a palavra **nativa**.

“47. Incentivar o associativismo...” - acrescido cooperativismo - “...**cooperativismo** dos pequenos e médios produtores, para o fortalecimento da pecuária leiteira e agroindústria;

37ª. Incentivar o reflorestamento com espécies nativas...” - aqui está ainda para ser definido pela Comissão - “...**e/ou espécies exóticas previstas em regulamento** nas áreas desflorestadas com fins agropecuários, e que atualmente estejam **com manejo inadequado** - também a ser definido, mas suprimida a palavra **abandonada**.

Abaixo aquelas observações: “Parte dos integrantes solicitou que fossem previstas as exóticas, sem a regulamentação.

No que diz respeito à última parte da diretriz, não houve consenso, sendo que parte dos presentes entende ser correto o termo DEGRADADAS.

42ª. Admitir usos agropecuários apenas em interflúvios, em condições morfopedológicas adequadas, com aplicação de técnicas de manejo não sendo admitido o fomento e incentivos às práticas agropecuárias em ambientes sem condições de relevo e solos, especialmente em solos...” - suprimido arenosos - “...hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica.

O setor ambiental solicitou que fosse mantida a especial atenção no que diz respeito às areias quartzosas

Proposta de inclusão de nova diretriz: Incentivar a criação de marcas para os produtos agrosilvopastoris, com o objetivo de agregar valor e fortalecer os produtos no mercado.

AMBIENTAIS

9. Promover o estabelecimento de corredores ecológicos integrando as áreas protegidas existentes;”

O setor produtivo é contrário à diretriz 9, o que ainda será definido pela Comissão.

“87 Priorizar o fomento à implementação do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos por meio dos instrumentos: outorga, plano de bacia, enquadramento dos cursos d’água, sistema de informações...” - suprimida a parte **cobrança pelo uso da água**.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Quanto ao 15a, ainda a ser definido entre: “15a. **Priorizar/Garantir** a reserva legal de propriedades limítrofes às Terras Indígenas Pequizal do Naruv’tu e Parque Indígena do Xingu, seja estabelecida no contato com as mesmas;”

Aqui também a observação: “O segmento produtivo prefere que seja **PRIORIZAR** e o segmento indígena prefere o **GARANTIR**”

RELATÓRIO - REGIÃO DE PLANEJAMENTO V - PARANATINGA -
CATEGORIA 3.

CATEGORIA 3. ÁREAS QUE REQUEREM MANEJOS ESPECÍFICOS...”

Eu peço atenção dos senhores. Esta é uma parte mais chata do Relatório, porque uma palavrinha, às vezes, muda totalmente o sentido de um artigo. Então, eu peço aos senhores atenção. Nós estamos para terminar.

“SUBCATEGORIA 3.3. Áreas que Requerem Manejos Específicos em Ambientes com **Elevada** Fragilidade

Zona 3.3.11. Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde predominam formações Savânicas, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis

INDICAÇÃO:

Indicada Preferencialmente ao uso...” - suprimido a palavra **com** - ...de pastagens... - suprimido também **naturais não admitindo a ampliação das pastagens plantadas nos solos** - ...em função da baixa capacidade de suporte e susceptibilidade à erosão e em solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica; com incentivos à melhoria da capacidade de suporte das pastagens existentes; ao controle de atividades pesqueiras no rio Culuene e afluentes,... - suprimido e - à recuperação de áreas degradadas por processos erosivos, podendo ser admitida agricultura, caso o solo permita.

DIRETRIZES ESPECÍFICAS

SOCIAIS

180. Incentivar a implementação de programa de proteção, respeito e apoio à...” - substituída a palavra **nação** por **povos** - “...**povos** indígenas da terra Indígena Ubawawê, priorizando promoção da garantia dos direitos sociais básicos;

15b. **Controlar...**” - substituída a palavra **proibir** por **controlar** - “...o uso de defensivos agrícolas na área de entorno da Terra Indígena Ubawawê;

ECONÔMICAS

3. - **Incentivar...**” substituída a palavra **garantir** por **incentivar** - “...o aproveitamento sustentável da oferta de pastagens nativas na atividade pecuária;

50a. Admitir usos agropecuários apenas em interflúvios, em condições morfopedológicas adequadas, com aplicação de técnicas de manejo, não sendo admitidos em solos...” - suprimida a palavra **arenosos** - “...hidromórficos e nos arenosos que se localizam em posição de vertentes, com acentuado declive, que comprometam os recursos hídricos por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica.

37a. Incentivar o reflorestamento...” - suprimido **com espécies nativas** - “...nas áreas desflorestadas com fins agropecuários, e que atualmente estejam **degradadas**,” - substituído **abandonadas** por **degradadas**.

“57a. Estabelecer programa de manejo integrado de microbacias, destinado à contenção de processos erosivos, descompactação, correção do solo, readequação de estradas, rotação de culturas, implantação de técnicas de conservação de solo...” - suprimidas as palavras

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

curva de nível e também e/ou terraceamento -“...drenagem de águas pluviais, visando à melhoria da produtividade nas propriedades rurais;

AMBIENTAIS

A proposta no Plenário é que seja mantido o texto original (60% desfavoráveis e 40% favoráveis)”.
Aqui houve um ponto de divergência e foi exigido que se colocasse o percentual das pessoas favoráveis ou desfavoráveis. A Comissão vai dirimir todos os pontos divergentes em uma discussão interna.

“77. **Incentivar...**” - substituída a palavra **garantir** por **incentivar** - “...a recuperação e/ou conservação da qualidade ecológica dos principais formadores do rio Culuene, Suspiro, Cumbuco e Roncador.

OBS.: Sugestão seja incluído o Rio Paranatinga.
34. **Garantir...**” - substituído a palavra **incentivar** por **garantir** - “...o pagamento de serviços ambientais através da manutenção das formações vegetais primárias;

126. Prevenir e controlar processos erosivos em áreas onde se desenvolvem atividades **agropecuárias;**” - substituída a palavra **pecuárias** por **agropecuárias**.

“139. **Fomentar...**” - substituído **recuperar** por **fomentar** - “...a recuperação de áreas degradadas e adotar medidas de controle de processos erosivos, através de práticas conservacionistas, nas áreas antropizadas, em especial nas margens do rio Culuene;

15 a. **Incentivar...**” - que substituiu a expressão **garantir** - “...que a reserva legal de propriedades limítrofes à Terra Indígena Ubawawê seja estabelecida no contato com a mesma;

O 129 foi suprimido integralmente. Era: “129. Fiscalizar a modalidade de ocupação na área de entorno da Terra Indígena Ubawawê, para garantir sua proteção.

9. Promover o estabelecimento de corredores ecológicos utilizando exclusivamente as matas ciliares.” Foi suprimido: “...integrando as áreas protegidas existentes”.
“CATEGORIA 4. ÁREAS PROTEGIDAS”

Aqui é bom abrir um parêntese, porque muita gente fala: “Ah, estão criando muitas unidades de conservação.” Mas o zoneamento não cria área de conservação, ele aponta potencial para criação de áreas de conservação, potencial de áreas que podem ser criadas.

“SUBCATEGORIA 4.1. Áreas Protegidas Criadas

Zona 4.1.1. Terras indígenas

DIRETRIZES COMUNS A TODAS TERRAS INDÍGENAS

6. Proteger a qualidade ambiental das terras indígenas e seu entorno...” - suprimindo: **exigindo a elaboração do EIA/RIMA, quando necessário, para projetos públicos e privados localizados neste entorno** - “...garantindo a manutenção do equilíbrio necessário à sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas, conforme legislação vigente.

Portanto, 6. Proteger a qualidade ambiental das terras indígenas e seu entorno, garantindo a manutenção do equilíbrio necessário à sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas, conforme legislação vigente.

Fiscalizar a invasão das terras indígenas, a partir dos agentes ambientais indígenas em parceria com as comunidades e associações juntamente com o governo estadual e federal.” Este aqui é ainda um texto a ser consensualizado.

“Fiscalizar o entorno das terras indígenas, numa faixa de 10 km, respeitando legislação federal vigente a partir dos agentes ambientais indígenas em parceria com as comunidades

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

e associações juntamente com o governo estadual e federal. (90% considerado desfavorável pelo setor produtivo).” Aqui também, pelo que sabemos da nossa equipe técnica, foi uma exigência de se colocar o percentual que era desfavorável a essa tese que são 90% dos produtores presentes.

“15. Proteger os meios de vida e a cultura das populações indígenas.” O 15 terá de ser consensualizado através de uma discussão na Comissão. “Proteger os meios de vida e a cultura das populações indígenas, de acordo com a Constituição Federal, Convenção 169, Organização Internacional do Trabalho - OIT e Declaração dos Direitos Indígenas; (5% de aprovação pelo setor indigenista ambiental)

14. Fomentar a criação de políticas públicas para a busca de alternativas econômicas sustentáveis possibilitando a manutenção dos povos indígenas...” - aqui foi acrescido - **“garantindo suas necessidades nutricionais, culturais, de saúde e garantindo acesso a novas tecnologias, em concordância com a cultura de cada grupo e da legislação ambiental vigente.”**

Aqui, um texto ainda a ser consensualizado, “fomentar, apoiar e financiar e criar parcerias para atividades agrosilvopastoril além da cultura de subsistência. (95% de aprovação pelo setor produtivo)”

“Zona 4.1.2. Unidades de Conservação

Subzona 4.1.2.a - Unidades de Conservação de Jurisdição Federal

Uso Sustentável

Subzona 4.1.2.b - Unidades de Conservação de Jurisdição Estadual

Proteção Integral

Uso Sustentável

Subzona 4.1.2.c - Unidades de Conservação de Jurisdição Municipal

Proteção Integral

Uso Sustentável

DIRETRIZES COMUNS A TODAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

CRIADAS

16. Fomentar a implementação das Unidades de Conservação conforme Sistema Estadual e Nacional de Unidades de Conservação;

16a. Proteger a qualidade ambiental das Unidades de Conservação...” - aí foi suprimido - **“...e suas áreas de amortecimento, exigindo a elaboração do EIA/RIMA, quando necessário, para projetos públicos e privados localizados nestas áreas, garantindo a integridade das Unidades de Conservação, conforme legislação vigente.”**

Portanto, ficou: “16a. Proteger a qualidade ambiental das Unidades de Conservação, garantindo a integridade das Unidades de Conservação, conforme legislação vigente.

SUBCATEGORIA 4.2. Áreas Protegidas Propostas

Zona 4.2.6. Área Protegida Proposta para Conservação de Recursos Hídricos no

Rio Ronuro

DIRETRIZES ESPECÍFICAS

SOCIAL

No 15b foi substituída a palavra proibir por controlar.

Ficou: “15b. Controlar o uso de defensivos agrícolas na área de amortecimento das Terras Indígenas: Batovi, Marechal Rondon e Parque Indígena do Xingu.” Passou a ser controlar o uso.

“ECONÔMICAS”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Antes era: “33. Incentivar o reflorestamento nas áreas desmatadas para fins agropecuários e que atualmente estejam abandonadas.” Mas o texto foi substituído por: “33. Incentivar atividades agrosilvopastoris nas áreas degradadas.”

37b. Orientar o reflorestamento **preferencialmente** com espécies nativas nas áreas desflorestadas com fins agropecuários, e que atualmente estejam **degradadas**.” A palavra anterior foi substituída por degradadas. E nesse item também foi acrescida a palavra preferencialmente.

“AMBIENTAIS”

O 17 foi totalmente suprimido e ficou a sugestão não consensualizada de: “17. Desenvolver estudos na área protegida proposta, visando a sua criação; (90% solicitou a exclusão desta diretriz - setor produtivo)

9. Promover o estabelecimento de corredores ecológicos integrando...” - foi suprimido - “...a **área proposta para criação de Unidade de Conservação com** a área protegida existente.”

O texto proposto que não está consensualizado ficou: “Incentivar o estabelecimento de corredores ecológicos, integrando áreas protegidas existentes; (95% de aprovação para este texto - setor produtivo)

15a. Garantir que a reserva legal de propriedades limítrofes às Terras Indígenas Batovi, Marechal Rondon e Parque Indígena do Xingu seja estabelecida no contato com as mesmas.”

A proposta não consensualizada de alteração é: “15a. Incentivar que a reserva legal de propriedades limítrofes às Terras Indígenas Batovi, Marechal Rondon e Parque Indígena do Xingu seja estabelecida no contato com as mesmas. (90% de aprovação pelo setor produtivo)

129. Fiscalizar a modalidade de ocupação na área de entorno das Terras Indígenas Batovi, Marechal Rondon e Parque Indígena do Xingu para garantir sua proteção.

129. Fiscalizar a modalidade de ocupação na área de entorno das Terras Indígenas Batovi, Marechal Rondon e Parque Indígena do Xingu para garantir sua proteção **pelo órgão ambiental competente**.

15d. Garantir que a reserva legal de propriedades limítrofes à Unidade de Conservação Estação Ecológica rio Ronuro seja estabelecida no contato com a mesma.”

Aqui foi sugerido um texto não consensualizado: “15d. Incentivar que a reserva legal de propriedades limítrofes à Unidade de Conservação Estação Ecológica rio Ronuro seja estabelecida no contato com a mesma. (90% de aprovação pelo setor produtivo)”

Do 15c foi sugerida a substituição por um texto não consensualizado no seguinte teor: “15c. Controlar o uso de defensivos agrícolas na área de amortecimento da Unidade de Conservação Estação Ecológica do rio Ronuro. (90% de aprovação pelo setor produtivo)

Zona 4.2.12. Área Protegida Proposta em Ambientes com Elevada Fragilidade na Serra do Culuene

INDICAÇÃO:

DIRETRIZES ESPECÍFICAS

SOCIAIS

15b. Proibir...” - aqui foi substituído por um texto não consensualizado que vai ser decidido pela Comissão: “15b. Controlar o uso de defensivos agrícolas no entorno da Terra Indígena Ubawawê. (95% de aprovação pelo setor produtivo)

ECONÔMICAS”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Foi suprimido integralmente o item 3 que versava: “3. Garantir o aproveitamento sustentável da oferta de pastagens nativas na atividade pecuária;

AMBIENTAIS

17. Desenvolver estudos na área protegida proposta, visando a sua criação...” - Foi sugerida a substituição desse texto por um texto não consensualizado com o seguinte teor:

“17. Desenvolver estudos na área protegida proposta, visando a sua criação; (95% favorável a exclusão desta diretriz - setor produtivo)

34...” Foi suprimido “incentivar”, ficando: “...**Garantir** o pagamento de serviços ambientais através da manutenção das formações vegetais primárias;

9. Promover o estabelecimento de corredores ecológicos integrando a área proposta para criação de Unidade de Conservação com a área protegida existente;” Foi sugerida a substituição por um outro texto não consensualizado que é: “**9. Incentivar o estabelecimento de corredores ecológicos integrando áreas protegidas existentes; (95% de aprovação para este texto - setor produtivo)**”

15ª...” Também foi sugerida substituição por um texto não consensualizado que é:

“15a. Incentivar que a reserva legal de propriedades limítrofes à Terra Indígena Ubawawê, seja estabelecida no contato com a mesma; (95% de aprovação pelo setor produtivo)

129. Fiscalizar a modalidade de ocupação na área de entorno da Terra Indígena Ubawawê para garantir sua proteção;” Foi sugerida a alteração, acrescentando pelo órgão ambiental competente.

Encerrado o Relatório, aqui está descrita toda aquela discussão estabelecida pelos grupos de trabalho que ficaram reunidos. Agora, com certeza, o Presidente da Comissão abrirá à participação popular.

Uma coisa que tem que ficar clara, toda vez que não tiver consensualizado o texto, a Comissão se reunirá, até porque nós estamos aqui em três membros titulares da Comissão. Faltam aqui os Deputados Percival Muniz e...

A Margareth está me informando que tem uma proposta anexa, que é a proposta do setor produtivo, que não está neste texto, que também... A Margareth está sugerindo colocar no telão para ser lida. Eu sugiro, então, ou você ou a Anauzita, que possam ler esse texto para que todos os presentes tomem conhecimento da proposta do setor produtivo.

A SRª MARGARETH - “Proposta do setor produtivo Rural para a Zona 4.2.6, Área protegida proposta para conservação de Recursos Hídricos no Rio Ronuro.

PROPOSTA

Retirada do projeto do ZSEE, da proposta de estudos para criação da Unidade de Conservação proposta e redirecionando toda aquela área para Zona 1.7.

JUSTIFICATIVA

Nesta região verificamos preponderantemente a existência de condições edafoclimáticas que proporcionam elevado potencial produtivo, inclusive, com a presença consolidada de projetos de atividade agropecuária com elevada produtividade, sem comprometer o meio ambiente.

O próprio estudo de solo do projeto de Zoneamento Socioeconômico e Ecológico apresentado no Seminário Técnico aponta para a existência predominante de latossolos vermelhos escuros e latossolos amarelos distróficos, que segundo a publicação “Solos e Paisagens” SEPLAN

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO), REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

2007, pág. 86, afirma que as características físicas deste solo são favoráveis ao aproveitamento agrícola, com boa drenagem interna, boa aeração e ausência de impedimentos físicos à mecanização e penetração das raízes.

Deve-se destacar que segundo o estudo da (SEPLAN 2007) “as boas condições físicas aliadas ao relevo plano ou suavemente ondulado, favorecem a sua utilização com diversas espécies adaptadas ao clima da região onde se distribui”.

Proposta do Setor Produtivo Rural para a Zona 4.2.12, Área protegida proposta em ambientes em elevada fragilidade na Serra da Culuene.

PROPOSTA

Retirada do projeto do ZSEE, da proposta de estudos para criação da Unidade de Conservação proposta e redirecionando toda aquela área para Zona 3.3.11.

JUSTIFICATIVA

Todo cerrado brasileiro se caracteriza pela acidez elevada do solo e a correção da mesma é condição *sine qua non* para a maior produtividade e maior eficiência de fertilizantes garantindo assim a produção de alimentos por cada unidade de área.

Nas áreas já cultivadas naturalmente ocorre à acidificação do solo e o processo natural sendo a calagem também obrigatória. Interromper o fornecimento de calcário para toda a região agrícola de Mato Grosso é impedir a continuidade da agropecuária como atividade econômica.

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Portanto, lido...

O Sr. Riva - Eu só gostaria de fazer uma observação. Informam-me, aqui, a coordenadora desse grupo técnico da Assembléia Legislativa, que aqui não era 90% do setor produtivo que aprovou a proposta e, sim, 90%, 95% da plenária. *Ok?*

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Portanto, lido o Relatório pelo Relator da Comissão, Deputado Riva, até para que todos aqui entendam, muitos até não entendem o procedimento, outros acham até chata a leitura, porque é extensa, mas é necessária.

O processo legislativo, para darmos a legitimidade necessária, até porque tudo aqui está sendo gravado pela TV Assembléia e taquigrafado pela equipe de Taquigrafia da Assembléia Legislativa, estamos registrando tudo para que realmente seja, e é, uma Audiência Pública oficial. Para que, ao término, no Relatório final, o que já foi consensuado, acertado, lido pelo Deputado Riva, Relator, não necessite fazer a leitura ao final.

Portanto, agora passaremos a palavra às autoridades e para aqueles que se inscreveram. Mas, antes, a Comissão definiu aqui, gostaria que todos entendessem, as autoridades terão três minutos e a platéia, os inscritos, dois minutos. Gostaríamos de não ser repetitivos, porque o que foi discutido no Seminário foi apresentado e lido aqui; o que não foi consensuado, estaremos num outro momento discutindo novamente com os segmentos.

Portanto, a pedido, até porque terão que se retirar daqui a pouco, o Dr. Rui Prado, Presidente da FAMATO e o nosso Deputado Federal Homero Pereira, estaremos passando a palavra ao Dr. Rui Prado, Presidente da FAMATO.

O SR. RUI PRADO - Bom-dia a todos!

Quero cumprimentar o Prefeito Municipal Carlinhos, na pessoa do qual cumprimento todas as autoridades municipais; o nosso Relator, Deputado Riva; o nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Deputado Dilceu Dal Bosco, na pessoa do qual cumprimento todas as autoridades estaduais; o nosso Deputado Federal Homero Pereira, na pessoa do qual cumprimento

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO), REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

todas as autoridades federais; os produtores rurais, os sindicatos rurais que estão presentes, o nosso Sindicato Rural de Paranatinga, na pessoa do nosso Presidente; os produtores rurais de Campo Verde, Primavera, Santo Antônio do Leste, Gaúcha do Norte que está com uma faixa e se manifestando em todas Audiências Públicas, de Rondonópolis, Alto Graças, enfim, parabenizar todos que estão trabalhando para o nosso futuro e para as futuras gerações.

Quero parabenizar o Governo do Estado de Mato Grosso por ter mandado esse Projeto à Assembléia Legislativa, que é de suma importância para o Estado de Mato Grosso.

Parabenizar, também, de forma especial, a Assembléia Legislativa, na pessoa do Deputado Dilceu Dal Bosco, mais uma vez, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais, que está fazendo um trabalho democrático e muito importante para nós, produtores rurais. Porque o Zoneamento Socioeconômico Ecológico nada mais é do que o ordenamento da atividade econômica dentro do meio ambiente no Estado de Mato Grosso!

Infelizmente, a Legislação Federal foi a fundo. Ela criou tantas regras e tantas barreiras! E ontem, em Cuiabá, o Ministro de Ações Estratégicas de Longo Prazo, Sr. Mangabeira Unger, disse que as restrições no Brasil são as maiores do mundo que se fizéssemos uma comparação, colocássemos algumas restrições em cima desta mesa, dos países que têm restrições, poderia alcançar 30cm e o Brasil iria ao espaço sideral. Todos riram, naquele momento, mas, o assunto é muito sério para nós que estamos nesta discussão.

Eu quero parabenizar, também, toda equipe técnica da FAMATO, na pessoa do Dr. Amado, que tem feito um trabalho fantástico, percorrendo esses municípios e discutindo conosco, produtores rurais, esses problemas, assim como com toda sociedade.

Quero agradecer e parabenizar as entidades, como a AMPA, a ACRIMAT, em especial, a APROSOJA, que, também tem dado um grande apoio a essas questões ambientais, até pela importância que tem a soja no Estado de Mato Grosso.

E, hoje, está presente conosco o nosso Presidente Sr. Glauber Silveira, que tem nos dado todo esse apoio.

Eu gostaria de ser breve, até porque o Deputado Dilceu Dal Bosco nos pediu.

O Zoneamento nada mais é do que o ordenamento econômico da nossa atividade. Quando eu vejo essas palavras que estão no texto, algumas, logicamente, nos preocupam, mas, se há algumas palavras com as quais ficamos muito felizes. Desse limão nós temos que fazer uma limonada. Por exemplo: a palavra “fomentar” e a palavra “incentivar”.

Nós precisamos, Deputado Riva, que haja, realmente, incentivo aos produtores rurais no nosso País, em especial aqui, no Estado de Mato Grosso. Eu gostaria de lembrar alguns números aos senhores aqui: Se toda a nossa soja e o nosso milho se convertessem - eles se convertem, mas, muitas vezes, fora do Estado de Mato Grosso - aqui, no Estado de Mato Grosso, em frango e em suínos, toda essa produção daria para alimentar a metade da população do Brasil durante um ano! Toda a carne produzida aqui, no Estado de Mato Grosso, dá para alimentar 15% da população brasileira durante um ano.

Então, o que nós estamos discutindo aqui é muito sério! O que nós estamos discutindo aqui, primeiramente, é o futuro das novas gerações; e, em segundo lugar, é o futuro e o presente da nossa geração!

Enquanto o mundo está discutindo o alimento mais barato; está discutindo o fornecimento de alimento; está discutindo o subsídio aos produtores...

Porque eu quero relatar outros números aqui.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Deputado Dilceu Dal Bosco, Deputado Homero Pereira, até 70% da renda dos produtores europeus são oriundos de subsídios; 20% da renda dos produtores americanos são oriundos de subsídios; 58% da renda dos produtores japoneses são oriundos de subsídios e da renda dos brasileiros, pelas contas dos economistas, apenas, 3% são oriundos de subsídios.

Mas aqui, em Mato Grosso, Deputado Homero Pereira, isso é mentira, porque, infelizmente o nosso subsídio está calcado no crédito que chega aos produtores e nós, produtores de Mato Grosso, muitas vezes, não temos acesso a esse crédito, portanto, o nosso subsídio é menos de 3%.

E os senhores vão perguntar: Por que o Rui está falando em subsídios? Estou falando em subsídios porque o mundo inteiro incentiva os seus produtores; o mundo inteiro tem a preocupação em alimentar o seu povo e o Brasil, muitas vezes, tem a preocupação de restringir a produção econômica e a atividade agropecuária, principalmente aqui, no Estado de Mato Grosso, que é o Estado que mais produz neste País.

A o zoneamento nos remete justamente a isso. Logicamente, temos que preservar as beiras dos rios! Temos que preservar os entornos das nascentes! Temos que acabar com essa história de erosão! Não precisamos desmatar mais nada porque nós já temos áreas suficientes para a nossa demanda e para a demanda mundial. Então, o zoneamento nos remete justamente aos incentivos aos produtores rurais.

Eu acredito, tenho fé, Deputado Riva, que esse zoneamento trará o ordenamento e os incentivos que os produtores rurais precisam. Porque, se não for assim, infelizmente, Mato Grosso ficar engessado, como anda neste momento.

Então, minha gente, nós precisamos utilizar mais a palavra “incentivo”, a palavra “fomento”, no sentido amplo, não só de produção, mas, também, no sentido de preservação. Essa é a nossa preocupação! É isso que nós queremos para as futuras gerações e para o futuro do Estado de Mato Grosso.

Podem ter certeza que a FAMATO, juntamente com os Sindicatos Rurais nominados nesta reunião e com todos os Sindicatos do Estado de Mato Grosso, está procurando fazer um trabalho de consistência técnica as nossas reivindicações no Projeto de Zoneamento.

Então, produtores rurais, insiram-se nesse processo, porque eu tenho certeza que estaremos fazendo o bem para nós, para as futuras gerações e para o Brasil.

Obrigado a todos e até a próxima! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Eu quero agradecer o Presidente da FAMATO, Sr. Rui Prado.

Com a palavra, o ilustre Deputado Federal Homero Pereira.

O SR. HOMERO PEREIRA - Bom-dia a todos!

Eu quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Presidente da Comissão, Deputado Dilceu Dal Bosco, e do Relator, Deputado Riva; cumprimentar os demais Deputados membros da Comissão, os produtores rurais, a sociedade civil organizada de Paranatinga, de Gaúcha do Norte e de toda a região.

Nós estamos aqui, neste ambiente, discutindo, na minha avaliação, não o Projeto mais importante dos últimos 20 anos! Não! Mas o Projeto mais importante que a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso votará, Deputado Alexandre Cesar, que foi feito de forma democrática. Diferentemente do que aconteceu com a famigerada Medida Provisória nº 2.166, que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

interferiu na vida de cada um. Pegaram uma Resolução do CONAMA e transformada em Medida Provisória, que até hoje não votamos na Câmara Federal.

E, ao contrário, esse Projeto, de forma democrática, vem debater com a sociedade para buscar o consenso e o que não foi consensuado, através do instrumento democrático, que é o voto, na Comissão e, depois, no plenário, possa que se dê o mínimo de segurança jurídica tanto para quem quer produzir, como para as populações indígenas, como para as populações tradicionais, como para o povo que escolheu Mato Grosso para viver. Acho que é disso que nós precisamos no nosso Estado, de segurança jurídica.

Nós atrasamos para chegar nesta Audiência Pública, exatamente porque estávamos, em Rondonópolis, convencendo um grupo de empresários que quer se instalar no nosso Estado, para gerar empregos, para ajudar a recuperar a pastagem degradada, através de um projeto produtivo, importante para toda essa região; convencendo-os de que podem vir para Mato Grosso. Porque a paranóia ambiental que se criou no mundo, a percepção que se tem é que no Estado de Mato Grosso não pode nada.

Então, o Zoneamento vem exatamente dizer o que pode, como e onde podem fazer as atividades produtivas.

Então, nós estávamos lá convencendo esses empresários da importância de virem fazer os seus investimentos, também, no nosso Estado, ajudar a melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

Nós não estamos condenados, aqui em Mato Grosso, a ser uma sociedade de segunda categoria não! Nós temos que ter qualidade de vida, ter acesso ao bem-estar social.

Eu acho que todos aqueles que para cá vieram, num chamamento do Governo de integrar para não entregar a nossa Amazônia, não podemos agora ser taxados de uma hora para outra de malfeitores, de foras da lei, de pessoas que não querem a preservação ambiental. É o contrário! O modelo de desenvolvimento que nós de Mato Grosso escolhemos é o modelo mais sustentável que tem no mundo. Ninguém no mundo pode dar lição sobre sustentabilidade para nós.

Eu vou, na segunda-feira, inclusive, a São Paulo fazer uma palestra, exatamente, para mostrar o conceito de sustentabilidade que temos em Mato Grosso, onde conseguimos compatibilizar a produção com a preservação.

Aqui, somos um grande produtor de soja. No entanto, Deputado Riva, nós usamos 7,5% do território de Mato Grosso para produzir soja, e somos o maior produtor do Brasil.

Mato Grosso tem o maior rebanho bovino brasileiro e usa apenas 22% do nosso território para a produção da bovinocultura. No entanto, entre a produção de grãos e a produção de pecuária, nós estamos usando 30% do nosso território. Tem 70% do nosso território, onde 17% já são reservas ambientais e áreas indígenas. E o Presidente Lula baixou um Decreto de mais de 250 mil hectares lá na região de Brasnorte, de certo para aumentar a reserva indígena.

Então, tem espaço para conviver a população tradicional que para cá veio. O que nós precisamos é, minimamente, de segurança jurídica para que isso se estabeleça. E o Zoneamento vem exatamente para isso, para dar essa segurança jurídica para aquelas pessoas que querem produzir com intensidade, abastecer o mundo, e concordo com o Deputado Riva de que tem pessoas que não pensam assim.

O Zoneamento de Mato Grosso talvez seja o único que tem aquela letra ali "S". O Projeto Federal chama ZEE - Zoneamento Econômico-Ecológico. Aqui não! Aqui é Zoneamento Socioeconômico Ecológico. Sócio, por quê? Porque tem que levar em consideração as pessoas,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

porque o ser mais importante do meio ambiente, na minha avaliação, é o ser humano, a serviço do ser humano. Nós precisamos viver, temos que produzir com sustentabilidade para preservar as gerações futuras. É por isso que o Zoneamento tem esse caráter. É por isso que a presença de vocês aqui é importante.

Sr. Presidente, Deputado Dilceu Dal Bosco, é por isso que à medida que essas Audiências Públicas forem sendo, efetivamente, interiorizadas para o Estado, os senhores perceberão que o interesse da população é muito maior, porque o modelo que escolhemos é um modelo sustentável e queremos produzir e conviver em harmonia com o meio ambiente.

Vocês estão de parabéns! Tenho plena convicção que, ao final, esse projeto será exemplar para o Brasil e para o mundo, onde poderemos mostrar como produzir, como preservar, como conviver em harmonia com nossos irmãos tradicionais, os irmãos indígenas, os quilombolas. Enfim, eu acho que tem espaço para todos neste País que é abençoado por Deus. Muito obrigado e felicidades para vocês!

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Agradecemos ao nosso ilustre Deputado Federal Homero Pereira.

Já registramos e queremos agradecer, em nome da Assembléia Legislativa, a presença do Sr. Rui Prado. Sabemos da sua agenda, do Deputado Federal Homero Pereira e do Presidente da APROSOJA, Glauber, os senhores terão que se deslocar até Querência. Muito obrigado, em nome da Assembléia Legislativa, pela presença dos senhores aqui!

Com a palavra, pela inscrição, o nobre Deputado Alexandre César.

O SR. ALEXANDRE CESAR - Bom-dia a todas e a todos!

Quero cumprimentar o Presidente da Comissão Especial, Deputado Dilceu Dal Bosco; o Deputado Riva, 1º Secretário da Assembléia Legislativa e Relator da Comissão Especial; a Deputada Profª Vilma; o Deputado Federal Homero Pereira, que representa nesta Audiência Pública a nossa Bancada Federal; o Secretário Yênes Magalhães, em seu nome cumprimento todos os representantes, técnicos do Governo do Estado; meu companheiro e amigo Roberto Vizentin, do Ministério do Meio Ambiente, em seu nome cumprimento todos os representantes do Governo Federal; o Presidente da FAMATO, Rui Prado, em seu nome cumprimento todos os produtores rurais aqui presentes; o Vitor Peruari, em seu nome cumprimento todas as lideranças indígenas que se fazem presentes aqui; a população de Paranatinga que nos acolhe nesta manhã; e, na pessoa do Prefeito Carlinhos, cumprimento todas as autoridades municipais.

Em todas as Audiências Públicas temos um ponto que me parece consensual, que é o reconhecimento da importância histórica desse momento.

O Deputado Homero Pereira apontou claramente, aqui, quem sabe é nessa trajetória de ocupação do nosso Estado o momento mais importante da nossa história, o momento em que toda sociedade, nos mais diversos níveis, dos mais diversos interesses, é chamada para discutir o que quer para o seu futuro.

Muito dinheiro público foi utilizado para chegarmos até aqui, e ainda utilizaremos mais até o final dessa trajetória.

Muito tempo já nos separa do início das discussões até esse momento. Em que pese o esforço que estamos fazendo, creio que teremos algum tempo ainda até que a Assembléia Legislativa aprove, o Governador sancione e a Comissão Coordenadora Nacional do Zoneamento possa apreciar e homologar esse trabalho. Daí a importância dessa discussão. Eu digo mais do que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

da discussão que estamos fazendo, mas do processo de conscientização da sociedade mato-grossense, do momento em que estamos vivendo.

Ainda para a maioria da população, infelizmente, falar em Zoneamento Socioeconômico Ecológico é um palavrão. E é mesmo. As pessoas ainda não sabem qual é a sua dimensão. Alguns já recriminam, já excluem a possibilidade sem conhecer do que se trata. Outros acham que, por si só, o Zoneamento é a grande tábua da salvação no momento crítico que o nosso Estado vive.

É preciso ter consciência que o Zoneamento é um instrumento nosso, da sociedade mato-grossense. Nós temos que estar comprometidos com ele, porque se não ele é um pedaço de papel. Se não tivermos comprometidos com ele, para que possa ser fruto dessa pluralidade que é a sociedade mato-grossense, e orientação para o nosso futuro, não vamos fazer aquilo que é o nosso grande desafio, que é o desenvolvimento sustentável.

Esse processo de discussão é fundamental para realizar ajustes no trabalho técnico primoroso que foi produzido aqui em Mato Grosso. Precisamos reconhecer e louvar essa dedicação de pessoas que têm dedicado, praticamente, toda a sua vida profissional a esse estudo. Mas é preciso dizer, também, que esses ajustes têm limites, temos que ser claros nesse sentido. Há limites aos ajustes, porque há conceitos, há um conjunto de informações e dados técnicos, que são referenciados pela Comissão Coordenadora, que vai ser a última instância da definição e da validação desse processo, que precisam ser respeitados, e um fato consumado não podem ser preponderante sobre isso, senão também não tem planejamento.

Apesar de toda a superexposição que o Estado de Mato Grosso está vivendo nos últimos anos em razão da questão ambiental, temos que fazer uma autocrítica - e digo nós, não estou colocando a culpa em ninguém, estou me incluindo nesse processo, porque nós cometemos excessos, cometemos excessos, às vezes, até estimulados pelo próprio Poder Público, mas cometemos esses excessos e precisamos corrigi-los.

O esforço é grande também, Deputado Riva. Nós aprovamos o MT-Legal, e é exatamente esse o instrumento que nós, antes mesmo de aprovarmos o zoneamento, já estamos colocando em prática para corrigir aqueles excessos que praticamos.

Mas nós temos em Mato Grosso uma oportunidade, da qual eu falo toda vez, vou continuar repetindo nas próximas doze audiências públicas e em todas as oportunidades que eu tiver, falo na sala de aula para os meus alunos de Direito Ambiental, falo quando sou convidado para dar palestra, falo da tribuna da Assembléia Legislativa - tem gente que está até cansado de me ouvir falar isso - porque a oportunidade que Mato Grosso tem é uma oportunidade única, que é promover e realizar aqui, com a riqueza ambiental que nós temos, com a riqueza do nosso solo, com esse clima maravilhoso que nós temos, uma experiência única, quem sabe do planeta, aquilo que é um conceito que todo mundo diz que tem, mas na hora de colocar em prática não é bem assim, que é o chamado desenvolvimento sustentável. Para isso é preciso planejar a ocupação e o uso do solo; para isso é preciso achar pontos de convergência que existe, eu não tenho dúvida, são maiores do que os de divergências, para que nós possamos caminhar para frente.

Muitos Estados atingiram o chamado ponto de não retorno. Muitos Estados, Deputado Dilceu Dal Bosco, não têm a oportunidade que nós temos aqui em Mato Grosso, porque eles já ultrapassaram tanto os seus limites que eles se inviabilizam, se forem enfrentar esse desafio.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Nós não. Nós temos que converter esse diferencial num grande potencial, nas mais diversas áreas, inclusive agregando valor na nossa atividade produtiva primária. Depende de nós. Esse desafio é de todos nós.

Estou muito motivado. Sinto-me orgulhoso de poder ser Deputado Estadual nesta Legislatura e de participar desse grande desafio junto com a sociedade de Mato Grosso como seu representante.

Nós vamos, tenho certeza, conseguir superar as nossas dificuldades e fazer com que Mato Grosso continue se desenvolvendo com respeito à diversidade, com respeito à sua pluralidade e com sustentabilidade ambiental. Obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Agradecemos o ilustre Deputado Alexandre Cesar.

Eu quero alertar a todos os oradores quanto ao tempo. Temos um compromisso, porque pegamos este local emprestado e meio-dia e meia é o nosso limite. Portanto, eu peço a compreensão de todos.

Com a palavra a Deputada Estadual Profª Vilma.

A SRª PROFª VILMA - Eu quero cumprimentar a Mesa, em nome do companheiro Deputado Dilceu Dal Bosco; cumprimentar e parabenizar a Comissão em nome do Deputado Riva, do Deputado Alexandre Cesar e do Deputado Dilceu Dal Bosco, membros da Comissão, enfim, quero parabenizar a todos.

Eu sei que essa discussão está acontecendo hoje, porque esse projeto chegou à Assembléia Legislativa e teve a preocupação dos Deputados e Deputadas de não fazer emendas ou discutir o projeto somente na Assembléia Legislativa, depois aprovando e devolvendo para ser sancionado. Trouxe para que o nosso povo, como estão aqui os agricultores, os pecuaristas e as entidades organizadas, pudesse discutir, trazendo suas propostas, suas sugestões, para que realmente pudesse enriquecer esse projeto, para que realmente ele se torne, pode ter certeza, um modelo para outros Estados.

Eu quero aqui inclusive agradecer a acolhida de Paranatinga à Assembléia Legislativa e a esta Deputada.

Já houve uma primeira discussão na cidade de Rondonópolis e, hoje, estamos olhando e vendo a participação de jovens e pessoas da terceira idade, que estão aqui desde cedo, pessoas que participaram na cidade de Rondonópolis, e sei que muitos saíram, deixaram suas famílias, seus afazeres durante esses dias para estarem aqui discutindo a vida do Estado de Mato Grosso, porque através dessas discussões é que, com certeza, poderemos acrescentar, fazer mudanças, melhorar esse projeto, enfim, fazer parte realmente da história, com mudanças para a construção da vida das novas gerações do Estado de Mato Grosso.

Eu quero aqui agradecer e parabenizar a equipe técnica, agradecer os homens e mulheres que são trabalhadores da Assembléia Legislativa, agradecer a coordenação da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, o grande companheiro, que nós já conhecemos de várias lutas, várias discussões, trazendo sugestões e melhoramento para o Estado de Mato Grosso, o grande Secretário Yênes Magalhães, enfim, agradecer a esses homens e mulheres aguerridos, que arregaçam as mangas, independente de horário, mesmo com cansaço - às vezes, muitas das nossas mulheres, sabemos, deixam a família, os filhos, o esposo, o namorado para estarem no final de semana discutindo - e agradeço principalmente as nossas entidades organizadas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Eu quero tão-somente deixar aqui um abraço caloroso a esses homens e mulheres que fazem as coisas acontecer no nosso Estado, homens e mulheres que realmente acreditam em dias melhores no nosso Estado, homens e mulheres que, independente das dificuldades, estão sempre presentes, discutindo e trazendo suas sugestões para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

Um abraço e um axé a todos vocês!

Obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - A partir deste momento, intercalaremos a fala das autoridades com a fala dos inscritos na platéia.

Portanto, pela inscrição, com a palavra, a Sr^a Maria de Lourdes, agricultora.

A Sr^a Maria de Lourdes já esteve conosco em Cuiabá e Rondonópolis.

A SR^a MARIA DE LOURDES - Bom-dia a todos!

Eu sou agricultora, já sou da terceira idade, mas estou me preocupando também com as futuras gerações, como os senhores comentaram.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer a todos os senhores - não vou citar os nomes, porque pode ser que me esqueça de algum - que fazem parte dessa Comissão, em especial ao Dr. Amado, que nos ajudou muito, dando palestras, instruções e ficou durante esses dias aqui em Paranatinga.

Quando eu fiquei sabendo desse zoneamento, fiquei preocupada com a nossa cidade de Gaúcha do Norte, porque nós já temos 49%, quase 50% de reserva indígena, do Parque do Xingu.

Se é para criar mais uma parte de parque ecológico, sendo que teremos que deixar 80% de reserva, não adianta ter município mais lá, porque não vão entrar mais firmas novas para comprar a nossa soja - e temos terras boas lá!

É como estávamos comentando, nós estamos acreditando no Estado de Mato Grosso, senão não teríamos vindo para cá.

Então, eu quero deixar um agradecimento muito especial, porque vocês me ouviram lá, que eu pedi na Audiência Pública em Cuiabá, que nem fazia parte do nosso zoneamento - o nosso é outra realidade -, porque Gaúcha do Norte seria um problema urgente para ser resolvido.

E, graças a Deus, os senhores me ouviram e aceitaram fazer uma Audiência Pública próxima a Gaúcha do Norte, que seria a de Paranatinga.

Também quero agradecer ao povo de Paranatinga pelo acolhimento, pelo espaço e por esta Audiência Pública. Foi falado assim: “Não podemos levar uma Audiência Pública até Gaúcha do Norte, mas vamos levar próximo para vocês participarem e colocarem o que tiverem para colocar.”

Então, quero que o Espírito Santo ilumine todos que estão trabalhando, para que consigamos êxito naquilo que nós agricultores reivindicamos.

Muito obrigada, e agradeço pelo trabalho que vocês estão fazendo. E eu acredito que dará certo para não pararmos de produzir. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Nós é que agradecemos a senhora, Maria de Lourdes.

Com a palavra, o Sr. Vitor Peruari, representante dos povos indígenas.

O SR. VITOR PERUARI - Bom-dia a todos, bom-dia a todas, bom-dia, meus patrícios. Gostaria de agradecer a Presidência desta mesa, Deputado Dilceu Dal Bosco; o 1º

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Secretário, Deputado Riva; a Sr^a Deputada Prof^a Vilma, enfim, todas as autoridades pela oportunidade.

Eu gostaria de iniciar falando na minha língua um pouco... (O ORADOR FALA NO SEU DIALETO.)

Então, pessoal, eu fiquei muito grato e gostaria de agradecer a Secretaria do Governo do Estado, a SEPLAN, a equipe de lá que deu a oportunidade ao Instituto Indígena Maiwu de Estudo e Pesquisa de Mato Grosso, do qual faço parte, de fazer uma parceria para que acompanhássemos esse projeto do Governo, que vai ao encontro dos nossos interesses.

Por um lado, ficamos contentes, porque esse projeto foi jogado para ser realmente discutido com toda a sociedade; e por outro lado, também, está sendo mais democrático, porque, até então, a Assembléia Legislativa ficava só no centro de Cuiabá, e agora eles estão fazendo nas regionais também para mostrar os trabalhos que são desenvolvidos dentro da Assembléia Legislativa.

Eu vejo assim, com muito carinho, Deputado: nós não queremos, de maneira nenhuma, atrapalhar o desenvolvimento do nosso Estado, porém, nós queremos respeito dentro da nossa realidade, dentro do nosso projeto, dentro dos nossos olhares, que seja respeitada a nossa cultura. Simplesmente isso. Se o desenvolvimento é bom, tecnologia eu penso que serve para todo mundo, porque faz com que cresçamos como seres humanos.

Eu não tenho muito para dizer, porque eu acho que nós estamos inseridos para discutir esse sistema do nosso crescimento, que faz parte da nossa riqueza cultural. Eu acho que vai servir para nós e vai servir para todos.

Eu gostaria de agradecer a professora Michele Sato, da Universidade Federal, da qual fazemos parte; agradecer outras pessoas que nos acompanham do CIMI, do FORMAD, esse pessoal que é companheiro, que é parceiro na discussão desse desenvolvimento na ótica da ecologia que faz parte do nosso Estado.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Muito bem. Nós agradecemos ao Sr. Vitor Peruari.

E, agora, da platéia, a Vereadora de Gaúcha do Norte, Anialce da Silva Lima.

A SR^a ANIALCE DA SILVA LIMA - Bom-dia a todos e todas aqui presentes, autoridades que compõem essa Mesa, Presidente da Comissão. Nós fizemos, um grupo de Gaúcha do Norte, durante esses dias, um estudo sobre o Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso, o qual já foi apresentado pelo Relator. Mas tão somente eu quero aqui, com a minha agenda, com algumas anotações, ressaltar que aqui viemos manifestar a ansiedade e pedir a Vossas Excelências que estudem com carinho o Zoneamento do Estado. Com certeza o Relator já nos deixou menos ansiosos, agora nós queremos que seja consolidada Gaúcha do Norte na categoria 1.7.

Posso aqui ressaltar que somos produtores agrícolas e pecuários, agropecuários no Estado de Mato Grosso em desenvolvimento, ressaltando que temos sessenta mil hectares de grãos, hoje, cultivados em Gaúcha do Norte; bem como um rebanho de mais de duzentas mil cabeças; mensalmente, cento e oitenta toneladas de cernambi virgem imprensado; vinte toneladas, anualmente, de mel produzidas; e outras culturas como arroz, feijão, milho e mandioca. E tudo isso na escala de subsistência.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Estamos pedindo a Vossas Excelências e às autoridades dos Ministérios representantes do Governo Federal que, quando for encaminhado, nós tenhamos consolidada essa área como produtiva no Estado de Mato Grosso, área essa que abastece não só o País, mas o mundo.

Nós estamos utilizando, hoje, em nosso município, em algumas propriedades, a integração de agricultura e pecuária, que é tecnologia avançada respeitando a legislação vigente.

Existem também produtores agropecuários, cujas fazendas já foram avaliadas e enquadradas pelo Ministério da Agricultura como fazendas aptas a exportar o seu gado, e hoje temos carne internacionalmente no mercado europeu. Temos aqui a Unidade da Conservação Ambiental e nós estamos preocupados com isso.

Gostaria, só para manifestar o interesse da população de Gaúcha do Norte, do município, que ficássemos em pé para que nossas autoridades presentes pudessem averiguar a nossa manifestação aqui nesta Audiência Pública de hoje. Temos jovens e crianças que são o futuro, o amanhã. Então precisamos da compreensão (PALMAS) para que sejamos enquadrados na Zona 1.1. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Agradecemos a participação da vereadora de Gaúcha do Norte. E não é à toa que nós registramos, antes, enaltecemos a presença e a demonstração da preocupação das lideranças de Gaúcha do Norte, que participaram em Cuiabá, em Rondonópolis e aqui, com uma caravana bastante grande.

Com a palavra, o Sr. Roberto Ricardo Vizontim, Diretor do Zoneamento do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. ROBERTO RICARDO VIZENTIM - Obrigado, Deputado!

Como costume fazer, eu vou dispensar o protocolo para ir direto às considerações, fazendo uma saudação a todos e a todas as lideranças indígenas, dos pequenos produtores, dos agricultores, às lideranças comunitárias, os representantes do Poder público. Enfim, a todos que se mobilizaram para comparecer a este chamado da Assembléia Legislativa. E aqui nós agradecemos, também, pela forma como tem tratado a sua relação com o Governo Federal, convidando-nos sempre para estarmos presentes nesse processo extremamente democrático que estamos vivenciando no Estado de Mato Grosso em relação ao Zoneamento Socioeconômico Ecológico.

Isso é muito bom, porque, vejam bem, aqui nós temos pessoas de várias idades, com experiências de vidas distintas, mas, talvez, ninguém, mesmo os mais idosos, durante a sua vida, tenha tido a oportunidade de participar da construção e da decisão de uma lei como está tendo em relação a esse projeto de lei, que é o projeto de instituição do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso. Isso é fundamental, porque há uma possibilidade concreta, da sociedade, de participar da sua elaboração.

Agora, quando se fala em democracia, é bom que todos tenhamos claro que um regime democrático, uma sociedade democrática não é aquela em que prevalece apenas a vontade da maioria. Uma sociedade democrática, uma comunidade democrática é aquela que, inclusive, respeita a adversidade e a posição das minorias. Isso é muito importante. Até porque a história demonstrou suficientemente que quando se impõe a força, à vontade, seja de uma maioria ou de uma minoria, isso nos leva a um caminho longe da democracia, próximo da ditadura.

Então, a democracia tem a ver com essa disposição, com essa determinação política de nós conciliarmos no âmbito da sociedade o conjunto dos interesses que está presente e todos são legítimos. E é essa oportunidade que nós estamos tendo, com esse processo exemplar que a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso está fazendo, não apenas pelo seu desejo, até

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

porque a norma que institui o Zoneamento no país estabelece, e, para que ele tenha validade, para que seja referenciado, tem que passar por essa discussão.

Ocorre que aqui está sendo feito de forma absolutamente transparente um forte chamado, e isso nós avalizamos, parabenizamos e nos somamos a esse esforço.

O segundo ponto que eu quero dizer é o seguinte: Os homens têm o poder para elaborar as leis da sociedade, mas não podem determinar e nem mudar as leis da natureza.

Essa frase, que está escrita nessa faixa, talvez sintetize o sentido da nossa presença e do que nós estamos fazendo. Ali está escrito: “Assim como a água, o alimento também é importante”. Podemos fazer várias reflexões a partir dela. Primeiro, talvez, é que a água mesmo é um alimento, que, portanto, é fundamental. Mas, também podemos refletir de que não haverá alimento sem água, como não haverá a vida sem água. E isso é da natureza e é da sociedade também. Mas, os homens, como eu dizia, não podem mudar a lei da natureza no seguinte sentido: Se eu pegar este copo e soltá-lo aqui, todos podem imaginar o que vai acontecer. Não é isso? Caiu! - eu não sabia que estava com água (RISOS)... - Caiu, porque existe uma lei da natureza, que é a lei da gravidade, que faz com que as coisas sejam assim.

Eu como Deputado, como Presidente, como Papa ou como o mais sábio dos Caciques, não posso inverter o sentido das águas, que sempre vão do alto para o baixo, obedecem à natureza, confluindo para as Bacias Hidrográficas.

Eu digo isso sem mais delongas, já para concluir, porque aqui o Deputado Alexandre Cesar falou sobre os limites do que podemos e não podemos fazer em relação ao Zoneamento Socioeconômico e Ecológico.

Tudo isso está muito bem. Do que foi dito aqui, praticamente, concordamos com todos, em 100%. Mas, em ecologia existe um princípio, que é o princípio da precaução e nós deveremos adotá-lo também nesse processo de debate. Todos, todos! E a precaução significa o seguinte, que tem que ter prudência, tem que ter cuidado. Olhar a experiência da história. E tem coisa que nós não podemos simplesmente mudar porque é da nossa vontade. Porque isso poderá ter conseqüências muito sérias em relação ao presente e ao futuro.

Trata-se, para concluir, na linha do que está colocado na faixa, de ter toda precaução, todo cuidado, para não matar a galinha dos ovos de ouro, que é a própria natureza, que é a terra, que é a água, que é a vegetação. E o Zoneamento tem que servir para isso, para fazer o caminho mais curto entre o desenvolvimento, o crescimento, o bem-estar e a preservação ambiental.

Todos que falaram aqui disseram que o homem é o principal elemento da natureza, e estão totalmente corretos. Mas, nós não vivemos sem a natureza. A natureza não é natureza sem o homem.

Então, eu concluo, Deputados Riva e Dilceu Dal Bosco, dizendo que estamos muito atentos, participando, confiantes, como todos que aqui estão, no Zoneamento Socioeconômico Ecológico, mas que tenhamos muita sensatez, clareza, prudência de perceber que não podemos, simplesmente, desconfigurar completamente essa base científica e técnica que orienta esse Zoneamento Socioeconômico Ecológico. De resto, todos os reajustes podem ser feitos e devem ser feitos.

Muito obrigado, uma saudação a todos de forma muito respeitosa e um abraço do Ministro Minc, que visitará Mato Grosso brevemente, a convite do Governador Blairo Maggi (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Agradecemos o Roberto Vizentin, reforçamos aqui o nosso pedido do seu apoio na aprovação, no Conselho Nacional do Zoneamento do Estado de Mato Grosso.

Queremos informar a todos que esta Audiência Pública será transmitida e retransmitida pela TV Assembléia e pela internet: hoje, às 20:00 horas; e segunda-feira, às 08:00 horas. O *site* da Assembléia Legislativa é: www.al.mt.gov.br, quem quiser acessar, poderá assistir a esta Audiência Pública.

Com a palavra, pela inscrição, a Sr^a Denise Amorim, membro da Comissão Institucional de Educação Ambiental.

A SR^a DENISE AMORIM - Senhoras e senhores, bom-dia!

Meu nome é Denise Amorim, sou Coordenadora da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental e membro da Rede Mato-grossense de Educação Ambiental.

Durante o evento da INTECOL, de 23 a 25 de julho de 2008, nós realizamos um *workshop* para discutir o Zoneamento. Desse evento, nós tiramos algumas proposições ao Zoneamento que gostaria de ler, agora, a nossa Carta Cidadã. Já protocolamos na Assembléia Legislativa e no Governo do Estado de Mato Grosso.

“Nós consideramos que há uma grande mobilidade social para a efetiva participação nos processos decisórios, provocando nivelamento e composição individuais.

Que os representantes legítimos do Governo do Estado de Mato Grosso, em conjunto com a Comissão Especial do Zoneamento Socioeconômico Ecológico, recomendam ampla participação dos segmentos sociais;

- que há necessidade de se criar táticas de participação e mobilização social, bem como o efetivo controle social;

- que a imprensa possa cumprir com seu papel significativo na divulgação, informação e comunicação quanto aos processos de participação da sociedade à construção dos ZSEE;

- que sindicatos, centrais de trabalhadores, grupos de estudos, organizações não-governamentais, universidades e demais estruturas coletivas organizadas da sociedade civil possam auxiliar na mobilização à divulgação das datas das audiências.

O grupo reunido considerou a importância da prática política na formação da cidadania e, portanto, exige formas de cumprimento dos discursos proferidos, requerendo antecipadamente um calendário de datas de todas as audiências presididas pela Assembléia Legislativa a serem realizadas no território mato-grossense.

Mediante o conhecimento do zoneamento, de debate democrático e fórum de discussões, o grupo, ainda, recomenda:

a) A transparência metodológica na condução das Audiências Públicas, esclarecendo de que maneira as propostas serão avaliadas e quais critérios serão utilizados para manutenção, rejeição ou inclusão de novas propostas;

b) o estabelecimento de critérios que possam considerar os argumentos técnico-científicos nas proposições, sem negligenciar os conhecimentos populares que sejam significativos à alteração das diretrizes contidas no zoneamento;

c) a garantia orçamentária, agora, por parte do Governo do Estado de Mato Grosso à participação dos membros da Comissão Especial do Zoneamento, composta por quarenta e sete instituições, além de representantes da Comissão da qual participo e da rede mato-grossense de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO), REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

educação ambiental nas audiências, seminários, fóruns e demais instâncias que conduzam à construção, melhoria e consolidação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico;

d) que se tenha a garantia da realização de Seminários com o Ministério do Meio Ambiente, Diretoria do Zoneamento Nacional, pautados na importância de se redefinir a subcategoria 4.2, inclusive, com os representantes quilombolas;

e) a garantia de que após a aprovação do Zoneamento pela Assembléia Legislativa e anterior à assinatura do Governo do Estado de Mato Grosso, que o instrumento territorial retorne à Comissão Especial do Zoneamento, essa composta de quarenta e sete membros para avaliação final.

O Grupo subdividiu suas proposições ao Zoneamento Socioeconômico Ecológico em duas temáticas: Ecológicas e Sociais.

Quais sejam:

I. Temáticas Ecológicas

- Ampliar a proposta das Unidades de Conservação (UC) para um mínimo de 10% do território mato-grossense (desconsiderando as áreas de proteção ambiental - APA);

- consolidar as áreas protegidas propostas (subcategoria 4.2), garantindo os corredores ecológicos, os sítios arqueológicos, bem como os ecótonos;

- manter a terminologia Pantanal da categoria 3.2, pois, está em consonância com a Agenda 21 brasileira, além de reconhecer as especificidades de planície, diferenciadas de planalto;

- compreender que o conceito de bacia hidrográfica inclui planalto (subcategoria 2.3) e planície (subcategoria 3.2), propondo conservação em especial às cabeceiras de drenagens (arco das nascentes), áreas úmidas e de recarga de aquíferos;

II. TEMÁTICAS SOCIAIS

Realizar um mapa social que revele os diferentes grupos sociais, sem desconsiderar as populações biorregionais, quais sejam: indígenas, pescadores, quilombolas, chiquitano, favelados, seringueiros, pequenos agricultores, entre outros grupos, que indique as identidades sociais dos habitantes de Mato Grosso;

- realizar um mapa de impactos ambientais e os consequentes grupos sociais que sofrem tais danos, que é o nosso conceito de justiça ambiental, buscando identificar a relação entre ambiente e sociedade;

- incluir no mapa social, questões relativas à saúde, relações de gênero e demais dimensões sociais que integrem o zoneamento sócio - econômico ecológico;

- georreferenciar as terras quilombolas, considerando os pareceres jurídicos e, também, dos próprios quilombos e dos organismos que representem o grupo negro, como a Rede Axé Dudu, o Grupo de Trabalho Racismo Ambiental, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental; o Observatório Quilombola e a Fundação Palmares;

- redefinir o tamanho dos módulos rurais em Mato Grosso, considerando as categorias e subcategorias aprovadas para o ZSEE e não mais o tamanho dos municípios;

- implementar programas de educação ambiental que favoreçam a noção social de territórios e identidades, para além da noção ecológica e econômica.

A Carta REMTEA-CIEA foi escrita por meio de diversas proposições, debatida e aprovada por representantes da sociedade civil e Governo, sendo fruto democrático da participação e controle social à construção de políticas públicas no Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Para que o processo de consolidação do ZSEE seja garantido em tempo hábil entregamos, agora, ao Presidente da Comissão Especial do Zoneamento e ao Relator todas as nossas propostas.”

Informamos que já protocolamos, também, ao Governo do Estado.

E entregamos, também, ao Secretário Planejamento e Coordenação Geral, Sr. Yênes Magalhães, que representa Executivo. Obrigada. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Então, fica o registro.

Com a palavra, o Presidente da Câmara Municipal de Paranatinga, Sr. Josué Schuenquener.

O SR. JOSUÉ SCHUENQUENER - Eu quero cumprimentar o Sr. Homero Pereira, nosso advogado; o Sr. João Bosco de Lima, Chefe da EMPAER Municipal; o Exmº Prefeito Municipal, Sr. Francisco Carlos Nascimento, e a Deputada Professora Vilma, que é educadora.

Dizer, Deputada Professora Vilma, que nós temos vários educadores aqui e Vossa Excelência representa as mulheres no Legislativo Estadual.

Nós queremos cumprimentar, também, os Deputados Dilceu Dal Bosco, Presidente da Comissão Especial que trata do zoneamento; o Deputado Alexandre Cesar; o Deputado Riva, 1º Secretário da Assembléia Legislativa, em nome do qual cumprimento outras autoridades que, ainda, estão aqui e as que já estiveram presentes, como o Deputado Federal Homero Pereira.

Nós queremos, neste momento, parabenizar a atitude da Assembléia Legislativa. Nós, Vereadores, que somos representantes do povo, fazemos ações e projetos importantes na Câmara Municipal e fazemos Audiências Públicas para consultar a sociedade.

Esse é um papel importante que a Assembléia Legislativa exerce, sempre com muita força.

Como colocou o Deputado Federal Homero Pereira, com certeza, esse é o projeto mais importante. Quero confirmar que é, realmente, o projeto mais importante que chegou à Assembléia Legislativa.

Quero colocar, Deputados, como sempre tivemos esse elo de reivindicações com a Assembléia Legislativa, a Câmara de Paranatinga, continuaremos. E nos colocamos à disposição para todas as orientações, para tudo que estiver acontecendo repassarmos à sociedade, porque esse é o nosso papel.

Nós queremos cumprimentar, também, todos os produtores, os trabalhadores, as classes aqui representadas.

Quero cumprimentar os nossos irmãos índios Bakairi, Xavante, que aí estão, na pessoa do Suplente de Vereador, Sr. Esteves, que também está presente.

Queremos cumprimentar todos os nossos irmãos, principalmente, todos que vieram do Município vizinho de Gaúcha do Norte.

Dizer que a preocupação dos senhores, com certeza, é também a nossa! Até porque, Gaúcha do Norte nasceu do Município de Paranatinga. Toda área de Gaúcha do Norte é oriunda do Município de Paranatinga. Tudo aquilo de bom para Gaúcha do Norte, tenho certeza, vem refletir para nós. Então, a nossa preocupação - quero aqui colocar - é a mesma de vocês.

Mas o importante é que a sociedade esteve presente e discutindo com as Comissões. Vimos todo o trabalho desenvolvido e sabemos que vai continuar, porque é um Projeto de grande importância.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Queremos dizer a todos os nossos Legisladores Estaduais que esse Projeto chegará à votação na Assembléia Legislativa e queremos acompanhar.

Como é um Projeto de grande importância para a atualidade e para o futuro, pedimos a Deus que abençoe todos vocês, dando a sabedoria necessária para que possam assim discuti-lo, colocando aquilo que vai ao encontro às pessoas e também a todo sistema que está preocupado com a ecologia. Sabemos que isso é mundial, mas precisamos ter a inteligência e a sabedoria para fazer um Projeto que, realmente, acolha a todos.

Então, a todas as pessoas que aqui estiveram em nosso município, desejar as boas-vindas! Aos funcionários da Assembléia Legislativa, a todos que estão participando deste evento, agradecer por estarem aqui no nosso município fazendo esse trabalho de divulgação desse Projeto tão importante.

Que Deus abençoe a todos vocês! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Agradecemos as palavras do Presidente da Câmara Municipal de Paranatinga.

Eu só reitero o pedido a todos os oradores, a observância do tempo, dado o nosso horário avançado.

Pela inscrição, com a palavra, a Sr^a Andréa Azevedo, Diretora da Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental - ARPA.

A SR^a ANDRÉA AZEVEDO - Boa-tarde a todos os presentes; a Mesa; cumprimento todas as autoridades.

O meu nome é Andréa. Sou membro da ARPA, que faz parte do Conselho Estadual de Meio Ambiente e também da Comissão de Zoneamento Estadual.

Estamos aqui, desde quinta-feira, participando dos trabalhos. A ARPA também esteve presente em Rondonópolis. A Deputada Prof^a Vilma é de Rondonópolis, está aqui, e é a única mulher aí, firme, representando as mulheres.

Então, diante desta Audiência Pública, a ARPA gostaria de fazer algumas considerações e desdobramentos.

Primeiro, gostaríamos de indicar a nossa não concordância com a mudança da metodologia no decorrer do processo, haja vista que entendemos que esse momento das reuniões técnicas para a apreciação do Zoneamento não é o momento de votação, mas, sim, de coleta de percepções, opiniões da população presente. Momento de votação é na Assembléia Legislativa.

Segundo, destacamos a relevância da participação das pessoas que moram na região, pessoas daqui, mas entendemos o Zoneamento como um estudo técnico para todo o Estado, devendo ser entendido, no seu conjunto, sendo, portanto, legítima a participação de qualquer cidadão que more no Estado de Mato Grosso, independente de viver ou não na região.

Gostaríamos que a Assembléia Legislativa fizesse, para as futuras Audiências Públicas, um esforço para detectar e mobilizar os segmentos representativos dos diferentes setores que compõe a região, com a antecedência devida para efetiva participação junto. Nós notamos, por exemplo - corrijam-me se for falha nossa - a pouca participação dos pequenos produtores rurais aqui na região.

Gostaríamos de destacar a manutenção da subcategoria 2.3, Região V de planejamento, mantendo as restrições para produção de solos hidromórficos e areais quartzosas, somente sendo permitido e compatível a produção como vem sendo feito em outras áreas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Por último, entendemos de fundamental importância o acompanhamento das reuniões técnicas pelas instituições que são membros da Comissão Estadual de Desenvolvimento, tanto para fazermos entre as Audiências uma avaliação da metodologia utilizada e também dos andamentos das Audiências, e que fosse divulgado, previamente, com mais antecedência, para que as comunidades consigam se mobilizar também a data das Audiências Públicas.

Muito obrigada! Agradeço a Assembléia Legislativa pela mobilização.

O SR. RIVA - Só queria frisar, aqui, uma observação importante feita pela Andréia. A metodologia, na verdade, não mudou. O que houve é que alguns segmentos exigiram, praticamente, dos técnicos que se fizesse constar no Relatório que aquela proposta estava sendo aprovada pela plenária. Tanto é que vocês viram na leitura do Relatório todas as sugestões não consensualizadas, nós colocamos lá: Será fruto de uma discussão, dentro da Comissão, para posterior deliberação. Não é deliberativa Audiência Pública. Lógico, há exceção daquilo que é consensualizado. O que sai daqui já consensualizado, que são propostas aceitas por toda plenária, já se faz constar no relatório como uma proposta acatada. O objetivo aqui, Andréia, é colher, realmente, as propostas, as sugestões, para posteriormente fecharmos o relatório.

Eu queria fazer uma observação, porque a imprensa me fez uma pergunta: “Então, vai votar o Zoneamento até dezembro?” Era uma proposta anterior, e eu fiz essa proposta na Comissão para que votássemos o Zoneamento até dezembro, que fizessemos um esforço concentrado, várias audiências e seminários. Mas, ao final, a Comissão deliberou que o tempo seria muito exíguo, porque em função do pleito eleitoral seria impossível fazer essa discussão. E hoje, por sinal, é a última Audiência Pública, o último seminário antes das eleições.

Depois das eleições, faremos aquilo que a Andréia e a Denise colocaram, estabeleceremos um calendário, com muita antecedência, de todas as discussões que faremos pelo Estado afora.

Então, fica muito claro e existe aí uma pré-conversa dentro da Comissão de que poderemos votar essa proposta até o recesso de julho do ano que vem, até junho de 2009, de modo a oportunizar a discussão em todas as regiões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra, o Secretário de Estado de Planejamento, Yênes Jesus de Magalhães.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Bom-dia, senhoras e senhores aqui presentes; Presidente da Comissão Especial de Meio Ambiente, Deputado Dilceu Dal Bosco; Deputado Riva, 1º Secretário da Assembléia Legislativa; Deputado Alexandre César; Deputada Profª Vilma; Prefeito Carlinhos, que nos recebe no dia de hoje; nossos amigos, parceiros, Roberto Vizentin, do Ministério de Meio Ambiente; Júlio Miragaia, do Ministério da Integração; Vítor, representando a comunidade indígena; Vereador Josué Schuenquener, Presidente da Câmara de Vereadores.

Quero cumprimentar os servidores da Assembléia Legislativa que estiveram, durante esses três dias, à frente desse trabalho; cumprimentar e parabenizar todos vocês pelo brilhante trabalho em nome da nossa eterna amiga Nádia. Obrigada, Nádia, a você e a toda sua equipe.

Por último, faço um agradecimento especial à comissão da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral e da Secretaria do Meio Ambiente, que estão aqui presente; pela SEPLAN, a Drª Tereza Neide, Geóloga, especialista em solo e meio ambiente, Mestre em Ecologia e Conservação da Biodiversidade; o João Benedito Pereira, Engenheiro Agrônomo, especialista em

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO), REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

solo e Meio Ambiente, Mestre em Agricultura Tropical; a Ligia Camargo, Engenheira Cartógrafa, Mestre em Geografia Ambiente e Desenvolvimento Regional; a Maria Lucidalva, Engenheira Agrônoma, Geógrafa, Especialista em solo e Meio Ambiente e Agricultura Tropical, Mestre em Agricultura Tropical; a Maria Aparecida Ceci Paiva, Engenheira Agrônoma, Especialista em Educação Ambiental; e, pela SEMA, nossos amigos a Eliane Cursini, Especialista em Biologia e Meio Ambiente Inundável do Pantanal Mato-grossense e em Avaliação Ambiental Estratégica, Mestre em Ecologia e Conservação da Biodiversidade; e o Lourival Alves Geólogo, Especialista em Recursos Hídricos, Mestre em Geografia do Ambiente e do Desenvolvimento Regional.

Eu fiz questão de citar, Deputado Riva, a formação desses técnicos da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral e da Secretaria de Meio Ambiente pelo fato de que eles me dão muita tranquilidade para sair e discutir o Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso, um trabalho feito desde 1992.

Foi feita uma consultoria, uma exigência do Banco Mundial, uma consultoria feita através de uma licitação internacional, quando uma empresa consultora de São Paulo ganhou para fazer o Zoneamento do Estado de Mato Grosso e essa equipe da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral fez o acompanhamento desse processo. Entretanto, ele nunca veio à discussão. Este é o primeiro momento que ele está vindo à discussão.

O Governo, através das Secretarias, deveria fazer uma discussão com a sociedade e depois a Assembléia Legislativa teria que fazer o mesmo serviço, o que seria muito desgastante para todo mundo e levaria muito tempo, levaria de dois a três anos para fazermos esse encaminhamento, então, por um acordo do nosso Governador Blairo Maggi com a Assembléia Legislativa, seu Presidente, seus Deputados, foi consensuado que a Assembléia Legislativa traria a discussão a público e o Governo do Estado, principalmente através da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral e da Secretaria de Meio Ambiente, daria todo o suporte técnico e científico para a discussão.

Agora, o mais importante de tudo, o zoneamento não é um mapa de vegetação, o zoneamento não é um mapa de solo, o zoneamento não trata apenas da demografia do Estado, da população esparsa no seu território, o zoneamento é uma soma de infinitos fatores, todos os fatores somados, hidrologia, relevo, clima, para que possa delimitar as questões das áreas.

Há uma preocupação muito grande da minha parte, pela discussão que estamos acompanhando no Estado, porque as pessoas estão se focando apenas na categoria, no nome da categoria, porque ela foi dividida em quatro categorias: Categoria de Uso Consolidado e a consolidar; Categoria de Recuperação...

Quando eu falo recuperação, é recuperação ambiental, que são algumas áreas no Estado que têm problema ambiental; recuperação da estrutura produtiva. Significa o quê? Que mesmo aquela área que está produzindo tem algum problema. Problema do tipo: desmatou cabeceira, desmatou as margens do rio, não fez curva de nível, quer dizer, não aplicou as técnicas certas de manejo. E recuperação de áreas de floresta, que também temos problemas, porque não dá para acreditarmos que 100% das pessoas fizeram tudo correto. Se tudo estivesse correto, não estaríamos aqui hoje discutindo zoneamento.

A Constituição Federal e a Constituição Estadual dizem, no Capítulo do Meio Ambiente: zoneamento para garantir a preservação e conservação da vida. Não é só da vegetação, não é só do animal, é da vida! E, quando falamos de preservação da vida, falamos principalmente da preservação da água.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Já foi dito pelo Roberto Vizentim e, na verdade, nós cantamos em todos os cantos deste País e do mundo que Mato Grosso é o único Estado do mundo todo com Floresta Amazônica, Cerrado e Pantanal. Não existe outro Estado no mundo todo que tenha três biomas. Agora, tão importante quanto ter esse três biomas é ter a maior riqueza no nosso solo, que é a água.

Nascem em Mato Grosso três bacias hidrográficas: a Bacia Amazônica, a Bacia Platina e a Bacia Tocantins.

A Bacia Amazônica e a Bacia Platina são as duas bacias mais importantes de toda a América Latina. Apenas 4% de toda a água que existe no planeta é doce, os 96% são de mares e, desses 4%, algo em torno de 20% de toda água doce está aqui em Mato Grosso. Por isso a preocupação muito grande da parte científica e da parte técnica, não só do Governo, mas das universidades, com a preservação dessa água.

E, quando eu ouço o Mestre, o Doutor da Universidade Federal de Mato Grosso, Prof. Aldereto, que foi contratado pela AMPA-Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão, para fazer um estudo da viabilidade da água na cultura do algodão, eu fico extremamente contente, porque eu vejo a AMPA, que é um setor produtivo, preocupada com a preservação da água daqui a 20, 30, 40, 50 anos.

Estamos falando de equilíbrio. O Deputado Riva foi extremamente feliz na fala dele, que a Assembléia Legislativa vai buscar o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, quer dizer, buscar o equilíbrio para a qualidade da vida, porque, na verdade, quando nós trazemos essa discussão a público - e aí nós temos segmentos se organizando -, para nós não interessa nesse momento simplesmente atender este ou aquele segmento, nós precisamos pensar no futuro.

Há 1.200 definições para palavra “sustentabilidade”. Hoje virou moda “desenvolvimento sustentável” e há 1.200 definições para “desenvolvimento sustentável”. Cada um de nós vai ter a sua e nenhuma vai ser igual a outra.

Agora, uma das mais significativas, Deputado Riva, é uma que eu aprendi há algum tempo atrás, da Comissão Brutland, que é da ONU - Organização das Nações Unidas. O que é o desenvolvimento sustentável? É eu desenvolver, eu fazer tudo hoje, mas deixar que as futuras gerações possam também decidir, não eu decidir o que é que vai acontecer lá no futuro. Eu tenho que fazer a minha parte hoje, mas deixar que o futuro, que os meus netos, os meus bisnetos também possam escolher, e não eu escolher por eles. Essa, para mim, é a maior definição de sustentabilidade, garantir que os meus filhos, os meus netos possam decidir.

Eu queria fazer uma brincadeira com os senhores. Olhem para a sua direita e vejam quem está sentado à direita dos senhores, fazendo um favor, neste momento. Agora olhem para sua esquerda, para quem está sentado a sua esquerda.

Os senhores acham que estão sentados do lado dessas pessoas por acaso? Não! Não! Nós estamos na terra cumprindo uma decisão divina, estamos aqui cumprindo uma missão. Nós não estamos aqui por acaso.

Eu parabeno todos os senhores que estão aqui nesta manhã, principalmente, os que estiveram durante esses dois dias de trabalho, porque vocês deixaram seus afazeres para se dedicarem a pensar no futuro, pensar nos seus filhos.

Eu sempre gosto de brincar, chegar para o senhor e falar assim: seja egoísta neste momento, esqueça o seu vizinho, pense só no seu filho. Qual pai e qual mãe não dá a vida para que o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

seu filho tenha um dia melhor amanhã? Se existe alguém que não faça isso, levante a mão, porque eu não conheço. Qualquer pai, qualquer mãe se mata para que seu filho tenha um dia melhor.

E acho que é esse o ponto de equilíbrio de que eu disse, Deputado Riva, o senhor não estava lá, em Rondonópolis. Estava o Deputado Dilceu Dal Bosco e a Deputada Profª Vilma. Eu disse lá, e hoje eu vou voltar atrás no que eu disse, o seguinte: que eu não gostaria de estar no lugar dos senhores, porque os senhores têm a oportunidade de ficar na história como os Deputados que aprovaram o zoneamento que foi aceito pela Comissão Nacional de Zoneamento; mas também os senhores podem ir para a história como os Deputados que aprovaram o zoneamento que não foi aprovado pela Comissão Nacional de Zoneamento, como aconteceu em Rondônia. Em Rondônia, o Zoneamento não foi aprovado. Este teve de voltar para Rondônia e teve de ser refeito o projeto. Levou dois anos nisso.

Hoje, eu digo diferente, Deputado Riva. Hoje não digo que não gostaria de estar no lugar dos senhores. Eu gostaria, sim, de estar no lugar dos senhores. Eu gostaria de ser um Deputado, porque pelos Deputados que conheço hoje, cada um dos que estão aqui, eu sei da responsabilidade que têm com este Estado, que têm com a população mato-grossense e sei que vão se matar para fazer com que o zoneamento seja o melhor possível para a população de Mato Grosso, que seja o melhor possível para o Brasil. Não tenho a menor sombra de dúvida, Deputada Profª Vilma. Eu gostaria de estar junto com vocês hoje, porque está nas mãos dos senhores, e os senhores farão do zoneamento aquilo que todos nós sonhamos. Não só aprovar, mas mais importante do que aprovar é garantir a sua avaliação, o seu acompanhamento para que o que os senhores aprovarem realmente seja cumprido.

Ontem, sediamos em Mato Grosso a Reunião dos Governadores da Amazônia. Estivemos ontem com nove governadores, com a Governadora Ana Júlia Carepa, do Pará; com o Ministro Mangabeira Unger; com o Deputado Federal Sandro Mabel, que é o relator da Reforma Tributária, uma questão muito importante neste momento; com o Luiz Antônio Pagot, que fez uma belíssima explanação não sobre o Plano Nacional de Logística, mas sobre o Plano Nacional de Hidrovias, porque este País é riquíssimo em hidrovia, mas nós não exploramos quase nada em cima disso. E, ontem, na Carta de Cuiabá, que eu tive a oportunidade de ler ao final, ficou um dos pontos decidido pelos nove governadores de que o Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Brasil, o Macrozoneamento, o Zoneamento da Amazônia, juntamente com os zoneamentos de cada Estado, passariam a ser as principais prioridades aos governos da Amazônia Legal e espero que assim seja também ao Presidente da República. Esse documento será entregue entre os dias 25 e 30 deste mês, pelos nove governadores ao Presidente da República.

Eu quero concluir o meu pronunciamento dizendo a vocês - não vou me adentrar nas questões que foram colocadas aqui - que eu fiquei um pouco preocupado, Deputado Dilceu Dal Bosco, porque algumas questões colocadas e da forma como foram colocadas aqui que houve consenso, eu me preocupo, porque muita coisa do que foi consenso não é decisão do zoneamento, não compete ao Governo do Estado, como, por exemplo, os corredores ecológicos. Não cabe ao Governo do Estado, através do zoneamento, defini-los. Corredores ecológicos estão sendo definidos pelo Macrozoneamento da Amazônia. Então, será uma lei federal.

Cobrança por uso de água. Não é o Estado que vai instituir a cobrança por uso de água. Água é subsuperfície. O que vai definir a cobrança e o uso de água é uma lei federal.

Áreas de amortização das áreas indígenas. Não é o Estado também que as define, porque áreas indígenas são áreas de responsabilidade do Governo Federal.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Em relação à questão de solos arenosos, nós traremos aqui no mês que vem a Comissão Nacional de Solos do Brasil. Estaremos aqui em Mato Grosso com mais de trinta pessoas, quando faremos uma reavaliação em cima da questão de areia, de solos arenosos. Existe, sim, uma preocupação nossa também. Eu fiz agronomia, sou engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Mato Grosso, e, há vinte anos, quando fiz agronomia, se falava naquele momento que menos de 20% de argila não se produz. Hoje, se produz com 3%. Quer dizer, a tecnologia proporciona isso. Então é possível. Portanto, traremos a Comissão Nacional de Solos para que possa nos ajudar a resolver esse problema.

Terminando, há uma questão que foi colocada aqui de que não concordam com a Constituição Federal em relação às áreas indígenas. Aí, gente, não dá para discutir! Se a gente vai a uma reunião e diz que não concorda com a Constituição Federal... Podemos até lutar... Mas a Constituição Federal é lei, é Lei Magna no país. Ela não pode ser discutida. Podemos até propor aos Deputados Federais, aos Senadores, que apresentem um projeto de lei que altere aquilo. Mas ela é lei, e ir a público dizer que aquela lei não vale ou que nós não a aceitamos é complicado!

Eu só quero, mais uma vez, parabenizar vocês todos por esse trabalho. O objetivo do Governo Blairo Maggi, da Assembléia Legislativa é fazer um zoneamento que realmente atenda a todos os interesses, do maior ao menor.

Concluindo minha fala, peço a Deus que ilumine cada um de vocês, seus familiares e, principalmente, que ilumine os pais no dia de amanhã. Amanhã é nosso dia muito especial. Que Deus ilumine a todos para que vocês possam retornar as suas casas. Obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Não sei se já resolveram, mas o serviço de informações aqui da Comissão, serviço de utilidade pública, comunica que tem um veículo KAL 3766, placa de Cuiabá, impedindo a passagem dos demais. Vamos retirar logo, porque nós estamos em processo eleitoral e, daqui a pouco, precisa de um carro. Não é, Presidente da Câmara? E esse já vai ser usado.

Gente, nós temos ainda dez oradores inscritos. Eu gostaria que aqueles inscritos que já foram contemplados com a fala de alguém, se entenderem que já foram contemplados, nos avisassem, porque, daqui a cinco minutos, já estará extrapolado o nosso prazo.

Com a palavra o representante indígena Makupá Kayabi. Se estiver presente, por favor.

O SR. MAKUPÁ KAYABI - Bom-dia, Srs. Deputados, demais presentes, eu sou Makupá Kayabi, representante dos povos indígenas do Xingu. E gostaria, neste momento, de agradecer aos Srs. Deputados, à Deputada e à organização do zoneamento, porque pela primeira vez os povos indígenas participaram de um trabalho, em que nós também temos problemas.

Assim deveria ter acontecido o trabalho junto para decidir demarcação de terras indígenas há quarenta anos. Se tivesse sido feito desse tipo, talvez os índios nem estivessem mais reivindicando novas terras. Isso foi falha do Governo Federal, isso foi falha do Governo Estadual. Esse tipo de trabalho, Deputado, nós estamos aqui aderindo nossas idéias, as idéias de produtores não indígenas e com os Deputados.

Eu quero dizer o seguinte, Deputado, que essa primazia que vocês nos oferecem, significa que só os indígenas é que conhecem a cosmologia das suas terras indígenas, mais ninguém entende de cosmologia das áreas indígenas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Então, nesse sentido, eu agradeço. Gostaríamos de participar da discussão. Somos uma Comissão efetiva, agora, para participar da Comissão. Nós não gostaríamos que gerasse conflito aqui. Uma das palavras que Vossa Excelência disse, Deputado Dilceu Dal Bosco, de que se for preciso brigar nós brigaremos, eu acho que essa palavra não traz um trabalho frutífero. Não traz. Se nós somos responsáveis para construir um caminho melhor, um papel melhor, acho que temos que tomar cuidado com essa palavra, porque não estamos na Capital do Iraque. Nós estamos aqui no Estado de Mato Grosso, estamos no Brasil, para fazer um trabalho melhor, para que os indígenas e produtores também integrem seus trabalhos e respeitem.

Era isso o que eu quero dizer a vocês. Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra, a indígena Mariléia Taiua.

A SR^a MARILÉIA TAIUA - Eu vou ler uma carta de todas as lideranças indígenas do Estado de Mato Grosso, que fizeram durante um seminário que fizemos, na semana passada, em Cuiabá.

Quase 40 etnias se reuniram para justamente debater sobre o Zoneamento e colocar a nossa visão.

“Carta dos Povos Indígenas de Mato Grosso sobre o Seminário do Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso.

Nós, povos indígena de Mato Grosso, apoiados pelas organizações indígenas, pelo Instituto Maiwa, reunidos em mais de 35 etnias presentes no Seminário Indígenas sobre o Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso, realizado nos dias 29 e 31 de julho de 2008, em Cuiabá, organizado e protagonizado por nós, indígenas, apresentamos nossa posição junto ao Governo Federal, Estadual e Municipal e à sociedade e opinião pública nacional e internacional sobre o Zoneamento.

As preocupações levantadas e as propostas construídas nesse Seminário foram a partir dos impactos no entorno e dentro dos nossos territórios que, tradicionalmente, ocupamos.

Formulamos as nossas propostas: prioridades, estratégias e intervenções diante dos problemas que enfrentamos em nossas comunidades indígenas.

Os impactos diretos e indiretos de qualquer empreendimento que afetam os povos indígenas devem ser discutidos e debatidos de acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e respeitado pelos governos, considerando as contribuições que nós, povos indígenas, temos na luta pela preservação da natureza, da ideologia, da filosofia e da cosmologia, que conhecemos milenarmente.

Os resultados de nossas discussões, dos debates e dos grupos de trabalhos foram importantes para construir novas diretrizes e propostas que respeitassem o nosso modo de viver e de interagir com a biodiversidade e com a sociedade envolvente, assim como a valorização dos nossos conhecimentos, valores e saberes, que compõem a tradição indígena.

Todas essas contribuições já foram entregues ao Deputado e serão encaminhadas à Comissão de Zoneamento, na Assembléia Legislativa, cujos trabalhos estaremos monitorando e exigindo transparência.

Como cidadãos mato-grossenses, consideramos que a proposta de Zoneamento é de extrema importância como instrumento da política de planejamento e ordenamento de maneira sustentável das atividades econômicas, ações sociais e proteção ambiental, que devem respeitar as

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

identidades locais, os limites impostos pela natureza e sua fragilidade, assim como a legislação vigente em nosso país.

Respaldados pelas declarações das Nações Unidas sobre o direito dos povos indígenas e na Convenção 169, da OIT, das quais o Brasil é signatário e da Constituição Federal de 1988, estamos aqui para defender os nossos direitos e assegurar que itens essenciais da nossa vida: saúde, cultura, cosmologia, sejam respeitados neste programa do Zoneamento.

Considerando um avanço por parte do Executivo do Estado, propõe diretrizes na área ambiental que realmente assegure a qualidade ambiental da biodiversidade em nosso Estado, como a criação de corredores ecológicos, unidades de conservação, proteção de cabeceiras e margens de rios, principalmente no que diz respeito ao entorno de nossas terras indígenas em parceria com outras esferas do Governo.

Mas, diante da pressão política e econômica que estamos vivendo, não podemos deixar de vigiar e opinar sobre o processo de construção deste Zoneamento. Nesse sentido, para que possamos participar efetivamente desse processo de reivindicação de discussão, reivindicamos a garantia da participação de uma Comissão Indígena Permanente que foi indicada no Seminário. Essa Comissão esteve presente nessa audiência que incluiu os povos indígenas, principalmente das localidades afetadas de cada região de planejamento.

Acesso direto e acompanhamento transparente na Assembléia Legislativa sobre os procedimentos de avaliação das propostas encaminhadas pela sociedade. Participação do Instituto Indígena Maiwu na Comissão Estadual de Zoneamento. A FUNAI faz parte dessa Comissão, mas queremos que uma organização legitimamente indígena também acompanhe, porque a FUNAI é Governo e somos sociedade civil. Se a FAMATO pode fazer parte dessa Comissão, nós entendemos que temos direito igual.

A realização interinstitucional paritária que envolve profissionais indígenas e não-indígenas em zoneamentos étnicos ambientais dentro das áreas indígenas para diagnóstico de suas fragilidades, potencialidades sociais e ambientais, visando à construção de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida da população indígena.

Por último, queremos ressaltar que todos os nossos esforços serão feitos para garantia de nossos direitos e para construção de um Mato Grosso socialmente justo e ambientalmente sustentável, que não negligencie a nossa Cosmovisão, costume e identidade.

Por último, só para finalizar, quero entregar para o senhor uma cópia da Moção de Repúdio sobre o que aconteceu no Seminário Técnico, foi uma situação lamentável. Eu quero que o senhor assine, porque é muito grande e não dá para ler.

(NESTE MOMENTO, O SR. PRESIDENTE DILCEU DAL BOSCO RECEBE A DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE PELA ORADORA - PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Eu já fui alertado de que o nosso tempo encerrou. Empréstaram este local, mas ainda temos oito inscritos.

Eu gostaria de fazer uma proposta: Se esses oradores tiverem algo a acrescentar que não foi falado ainda, se possível, mandem por escrito porque estamos com o horário extrapolado. O recinto foi emprestado, funcionando através de grupo gerador, e a pessoa que emprestou avisou a Mesa.

(NESTE MOMENTO, A PLATÉIA SE MANIFESTA)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Então, peguem UM representante do setor produtivo para utilizar dois minutos. Eu vou selecionar, até porque o Júlio Miragaia, membro do Ministério de Integração Nacional também...
(O SR. JÚLIO MIRAGAIA MANIFESTA-SE- INAUDÍVEL).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Está liberando? Está abrindo mão do pronunciamento!

Gostaria que o senhor se apresentasse. Por favor!

O SR. ADEMIR PIVATTO - Pois não, Deputado.

Eu sou Ademir Pivatto. Sou Engenheiro Agrônomo e Conselheiro do CREA.

Sr. Presidente, permita-me, em seu nome, cumprimentar toda a Mesa e demais autoridades aqui presentes.

Bom-dia a todos!

Quando eu li a proposta do Projeto de Zoneamento Socioeconômico Ecológico, Sr. Presidente, fiquei perplexo em função do conteúdo. Realmente, naquele momento, a minha preocupação, juntamente com a classe produtora, foi grande. Vim de Sorriso para acompanhar este Seminário, esta Audiência Pública, e dirimir algumas dúvidas que pairavam.

Achei muito interessante a propositura do Deputado Riva, que colocou que é possível, dentro da legalidade, evidentemente, se fazer alterações no processo. Da maneira que foi apresentado, inicialmente, engessaria o setor produtivo. Tudo isso já foi dito e não iremos aqui repetir!

Devo fazer menção, também, à evolução do respeito ao meio ambiente, que tenho observado neste Estado. Há poucos dias, estive acima de Sinop, chegando ao Pará, e não observei sequer um foco, Secretário, de incêndio. Vim de Sorriso há dois dias para acompanhar este Seminário e não encontrei qualquer foco de incêndio, qualquer vestígio de fogo, que é o que a grande mídia fala do setor produtivo. Evoluiu muito a conscientização, a consciência, não só os agricultores, mas, da sociedade mato-grossense.

Eu queria fazer aqui menção à condução dos trabalhos.

Houve algumas discordâncias em relação ao que foi feito pelos servidores da Assembléia Legislativa, na pessoa da Anauzita Müller, quanto à votação. Existe um determinado momento, em uma Assembléia Legislativa, Sr. Presidente, os senhores são conhecedores, que não se pode chamar ou pedir o auxílio dos universitários. Você tem que tomar decisões. E a forma que ela encontrou para conduzir os trabalhos, de forma brilhante, foi essa! E foi extremamente democrática, sensível às reivindicações de todas as pessoas que estiveram trabalhando nos grupos, atendendo as propostas. Tivemos ampla liberdade de expor nossas idéias, porém, especificamente, nesse caso, essa questão de votação deu-se exclusivamente - sou testemunha ocular disso - em função de, naquele momento, ser o encaminhamento mais correto para quantificar o que estava ali.

Então, considero que o trabalho dos assessores, das pessoas da Assembléia Legislativa, que estão conduzindo o projeto, está totalmente a contento, assim como, eu acredito, de todos os setores envolvidos no zoneamento.

Muito obrigado a todos! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com a palavra, o Sr. Homero Amilcar Mendel, Vice-Presidente da Subseção da OAB/Paranatinga, que dispõe de dois minutos.

O SR. HOMERO AMILCAR MENDEL - Exmº Sr. Presidente da Mesa, em seu nome cumprimento toda a Mesa; amigos de Paranatinga.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Em nome da OAB, faço algumas considerações que, eu acredito, contribuirão para essa importante questão do zoneamento, porque muito se falou nessa questão e da sua importância.

Eu quero ponderar que qualquer definição a respeito da ecologia, realmente, frutificará, renderá frutos se houver o mínimo de consenso. É evidente que o consenso jamais existirá. E um acordo implica em todas as partes abrirem mão. Se concretizarem situações injustas, jamais alcançarão objetivo algum, até pela fragilidade da questão da ecologia, pois, uma pessoa com uma caixa de fósforos no bolso pode fazer um grande estrago.

Nós só conseguiremos algum objetivo se definitivamente não houver injustiças. A convivência pacífica entre todos os brasileiros, incluindo brancos, negros e índios, reflete-se na eleição do nosso herói, o Marechal Rondon. Nós não elegemos o Búfalo Bill como herói. Não! O nosso herói é o pacificador! É o integrador!

Então, Sr. Presidente, mesmo que não seja de serventia para o zoneamento, gostaria de deixar frisado o que foi e é unanimidade para o Município de Gaúcha do Norte, de Paranatinga e de toda a região.

Há duas feridas que se não forem curadas jamais se chegará a uma situação harmônica quanto à questão do zoneamento. A primeira é a situação de Gaúcha do Norte. Agricultores vindos do Sul há trinta anos foram incentivados e lá estão. Hoje, órgãos ambientais aplicam multas absurdas e dizem que estão na ilegalidade (PALMAS).

A segunda, tendenciosa e absolutamente desconhecadora da região, é a criação da área protegida do rio Ronuro. No mapa que se apresenta aqui nem é apontada a localidade de Salto da Alegria, onde a situação é idêntica a de Gaúcha do Norte. Há, praticamente, uma cidade lá e a maioria da população é da zona rural. São pequenos produtores que, contraditoriamente, falam em defender, mas, insistem na criação da área protegida do corredor ecológico (PALMAS).

Esse é outro absurdo! Se o Zoneamento não pode consertar, ao menos, Vossas Excelências devem levar a resposta objetiva de toda população, que é absolutamente contra essas duas situações. Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Para encerrar, com a palavra, o Sr. Valdomiro Schulz, Vice-Prefeito de Gaúcha do Norte.

O SR. VALDOMIRO SCHULZ - Eu quero cumprimentar a Mesa Diretora e todos os membros por ter dado a oportunidade, pelo menos, de nos expressarmos por um ou dois minutos, porque, realmente, a situação de Gaúcha do Norte é muito complicada.

Nós temos, praticamente, 50% de áreas indígenas. Respeitamos essas áreas indígenas e temos um bom relacionamento com o povo indígena. Nunca houve problema! Queremos respeitá-lo!

Estamos de acordo a respeitar o que deve ser respeitado. Agora, criar mais uma área protegida no Município de Gaúcha do Norte?! É impossível! São 50% de áreas indígenas, mais 25% do município serão de áreas protegidas e sobrarão 25%. Desses 25% nós, ainda, temos muita mata, então, sobrarão 10%. Será impossível o Município de Gaúcha do Norte sobreviver (PALMAS).

Eu pergunto o seguinte: Nós temos um sonho que queremos realizar, que é a BR-242. Essa BR-242, não será possível construí-la se fizermos a aprovação de uma área protegida. Onde está o desenvolvimento do nosso município, do nosso Estado e de tantos outros Estados que precisam trafegar por essa rodovia?

Muito obrigado pela atenção. (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Com o acatamento de outros inscritos, gostaríamos...

Então, para encerrar, com a palavra, o ex-Prefeito de Campo Verde, Sr Vítor Vesz.

O SR. VÍTOR VESZ - Boa-tarde a todos!

Sou de Campo Verde. O meu nome é Vítor Vesz. Sou agropecuarista e empresário de Campo Verde.

Quero parabenizar o Governador do Estado pela coragem que teve de colocar esse Projeto na Assembléia Legislativa para ser votado, e também a coragem da Assembléia Legislativa sair para o interior do Estado, ouvindo a opinião da sua população, que é esse povo que fica sofrendo e pelejando muitas vezes. As coisas, muitas vezes, vêm de cima para baixo. Isso, realmente, tem que ser ouvido aqui.

Eu considero esse Projeto como se fosse uma moeda que tem os dois lados: O lado do meio ambiente, que é muito discutido no mundo inteiro e deve ser respeitado. Eu acredito que devemos respeitar as nossas nascentes de água, os nossos rios.

Por exemplo, uma área de Mato Grosso do Sul que foi desmatada, naquela época, sem muito olhar para a lei... Nós viemos do Sul há 25 anos e enfrentamos aquilo com coragem, suando e trazendo um futuro para os nossos filhos e netos, e também desenvolvendo o nosso Estado e o Brasil com o nosso suor e trabalho.

Então, que esse lado seja um pouco reconhecido, porque, muitas vezes, somos taxados como malfeitores e desbravadores e não respeitamos o meio ambiente. Na época, a coisa era diferente.

Vamos, daqui para frente, colocar uma pedra em cima do que passou e organizar essa parte.

Do outro lado da moeda é a produção e o consumo humano. Eu vejo que a humanidade está crescendo muito e a produção precisa existir, mas para isso é preciso ter equilíbrio do meio ambiente com a produção e o consumidor. Por quê? Muitas vezes, chegamos ao mercado para comprar um litro de leite... E onde é que está esse leite? Muitas vezes, a pessoa não pensa: “Eu vim comprar um litro de leite...” Mas ele não sabe que aquele leite vem lá da fazenda. Lá na fazenda tem uma vaquinha e aquela vaca precisa de um hectare de terra para ter o pasto para viver e dar leite para a população. É assim com a soja, com o milho, com o arroz e o feijão.

Então, gostaria que esse debate que melhorou as propostas nas Audiências Públicas, que passou agora às mãos da Comissão, seja resolvido de maneira bem equilibrada para que os dois lados saiam ganhando Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Agora, sim, para encerrar, a Srª Dione, que dispõe de dois minutos.

A SRª DIONE SORAIA - Se deixasse, eu falaria aqui o dia inteiro, porque os proprietários rurais estão sempre em prejuízo, para variar. É multa, multa e pronto.

Então, gente, é a respeito da palavra amortização e proibir. Proibir, na democracia, não deveria nem existir.

Lá no texto, vimos notando desde Rondonópolis, quando se trata da zona urbana, cidades, o uso de defensivos agrícolas é controlar; quando se trata das Reservas Ecológicas Indígenas, é proibir. Será que as nossas vidas não valem nada. Será que lá podem tocar defensivos à vontade?! Se formos também gritar, vão nos proibir? Será que não vamos falar o nosso Mato Grosso? Então, é isso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 273/08, QUE
INSTITUI A POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO
ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ZONEAMENTO),
REALIZADA EM PARANATINGA, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Eu só quero que os senhores olhem com bons olhos e parem com esse negócio de dar preferência para entidades, proteger entidades, comunidades separadas, porque essas leis terminam gerando conflito.

Foi por isso que houve um conflito na quarta equipe, mas ela foi muito bem contornada pela equipe. Parabéns à equipe!

Então, são as leis que, às vezes, nos fazem divergir e ir contra, porque é o proprietário rural que produz emprego, que produz lucro para o Estado, gera emprego direta e indiretamente. Se o País sobrevive é graças a vocês que têm coragem de se enfiar nesse fim de mundo para fazer deste Estado um Estado produtor. É isso que eu queria falar e muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (DILCEU DAL BOSCO) - Bom, agradeço imensamente a Prefeitura de Paranatinga, o Prefeito Carlinhos; a Câmara Municipal, na pessoa do Josué; o Governo do Estado; toda assessoria da Assembléia Legislativa; as nossas queridas Taquigrafas; o Cerimonial; em especial, a nossa equipe técnica. Parabéns a vocês e toda equipe. Se houve discussão, era esse o propósito e o motivo de socializarmos. É para isso que estamos aqui.

Antes de encerrar a Audiência Pública oficial da Comissão de Zoneamento, aqui em Paranatinga, um abraço a todos e que Deus nos ilumine!

Está encerrada a presente Audiência Pública. Boa-tarde, Mato Grosso!

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva.

- Revisão:
 - Anna Flávia Gasparotto;
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosivânia de França Daleffe.